

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**GABRIEL GRAZIOTTIN**

**FORTALECIMENTO E REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA  
NA AMÉRICA DO SUL A PARTIR DOS ANOS 2000**

**Porto Alegre, 2018**

GABRIEL GRAZIOTTIN

**FORTALECIMENTO E REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA  
NA AMÉRICA DO SUL A PARTIR DOS ANOS 2000**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre, 2018

### CIP - Catalogação na Publicação

Graziottin, Gabriel

Fortalecimento e Reinserção Securitária da Colômbia  
na América do Sul a partir dos anos 2000 / Gabriel  
Graziottin. -- 2018.

85 f.

Orientador: Carlos Schmidt Arturi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Colômbia. 2. Estados Unidos da América. 3.  
Cooperação Militar. 4. Plano Colômbia. 5. Reinserção  
Securitária. I. Schmidt Arturi, Carlos, orient. II.  
Título.

**GABRIEL GRAZIOTTIN**

**FORTALECIMENTO E REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA  
NA AMÉRICA DO SUL A PARTIR DOS ANOS 2000**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi  
Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPOL/UFRGS)

---

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPOL/UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Analúcia Danilevicz Pereira  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPOL e PPGEI /UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Cristina Schneider Marques  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCS/PUCRS)

## RESUMO

Este trabalho analisa o processo de reinserção securitária da Colômbia na região sul-americana, através da cooperação militar entre Bogotá e Washington, após a implementação do Plano Colômbia, em 2000, contra a guerrilha e o narcotráfico. A cooperação militar com Washington correspondeu a uma estratégia utilitarista desenhada por Bogotá, visando o fortalecimento de suas capacidades militares para enfrentar as guerrilhas, sobretudo as FARC. O resultado concreto desse processo foi a transformação desse amplo e revitalizado aparato militar em uma das melhores forças armadas da América do Sul, transcendendo sua missão de luta contrainsurgente. Este estudo não identificou nenhuma reação político-militar do Equador, Venezuela e Brasil que, efetivamente, comprometesse o movimento de reinserção securitária da Colômbia no território sul-americano.

**Palavras-chave:** Colômbia. Estados Unidos da América. Cooperação Militar. Plano Colômbia. Reinserção Securitária.

## **ABSTRACT**

This study analyse the processo of reinsertion of Colombia in South America region through the military cooperation between Bogotá and Washington after implementation of Plan Colombia, in the 2000, against the guerrilhas and drug traffickers. The military cooperation with Washington represented an utilitarian strategy designed by Bogota to increase its military capabilities to face the guerrilhas, above all, the FARC. The concrect outcome of this process was the transformation of this broad and revitalized military apparatus into one of the best south american armed forces, transcending the mission of counterinsurgency combat. This papper didn't identified and military politician reaction from Ecuador, Venezuela and Brasil that undermined the reinsertion movement of Colombia into south american territory.

**Key Words:** Colombia. United States of America. Militar Cooperation. Plano Colombia. Security Reinsertion

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AP</b>	Aliança para o Progresso
<b>BRICS</b>	Brazil, Rússia, Índia, China and South África
<b>ELN</b>	Exército de Libertação Nacional
<b>EPL</b>	Exército Popular de Libertação
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FARC</b>	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
<b>FFAA</b>	Forças Armadas
<b>FTC</b>	Fuerza de Tarea Conjunta
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colombia com el Oceano Pacífico y el Mar del Caribe.....	17
Figura 2: Os Estados Unidos no mundo (1890–1914) .....	22
Figura 3: O Lago Americano.....	23
Figura 4: Colômbia e os países vizinhos em análise .....	57
Figura 5: Ministros de Segurança do Equador explicam as “percepções” da Cooperação Militar dos EUA-Colômbia .....	67



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gastos militares da Colômbia .....	50
Gráfico 2: FFAA da Colômbia, pessoal, total .....	51
Gráfico 3: Gastos militares dos países de acordo com o seu PIB.....	52
Gráfico 4: Produto Interno Bruto (PIB) de cada país em 1995 (US\$) .....	58
Gráfico 5: Populações de cada país em 1995 (milhões).....	58
Gráfico 6: Porcentagem do PIB de cada país destinado à Defesa em 1995 .....	59
Gráfico 7: Total de pessoal empregado nas Forças Armadas em 1995 (US\$).....	59
Gráfico 8: Proporção da assistência securitária estadunidense para a Colômbia e os países vizinhos em 2008.....	61
Gráfico 9: Tamanho do Exército em 2008 .....	62
Gráfico 10: Tamanho da Força Aérea em 2008 .....	62
Gráfico 11: Tamanho da Marinha em 2008.....	63
Gráfico 12: Total de Efetivos nas Forças Armadas em 2008 .....	63
Gráfico 13: Populações de cada país em 2015 (milhões).....	70
Gráfico 14: Porcentagem do PIB de cada país destinado à Defesa entre 2009 e 2015 .....	71
Gráfico 15: Total de efetivos nas Forças Armadas entre 2009 e 2015.....	74
Gráfico 16: Total de efetivos nos Exércitos nos países da América do Sul – 1991 - 2013.....	74
Gráfico 17: Total de efetivos das Marinhas dos países da América do Sul – 1991-2013.....	74

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: A relação da Colômbia e dos EUA através do tempo .....	26
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Assistência dos EUA no Plano Colômbia e o objetivo do estágio de consolidação do Plano Colômbia - Recursos de 2000 a 2008 (tradução nossa) .....	47
Tabela 2: Assistência dos EUA direcionada para os militares colombianos e a Polícia Nacional - Recursos de 2000 a 2008 (tradução nossa).....	47
Tabela 3: PIB dos países entre 2009 e 2015 (em bilhões de dólares) .....	70
Tabela 4: Orçamento em Defesa dos países sul-americanos entre 2009 e 2015 (em milhões de dólares) .....	70

## SUMÁRIO

<b>PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES COLOMBO-ESTADUNIDENSES</b> .....	<b>16</b>
<b>PARTE II – ARTIGO</b> .....	<b>44</b>
<b>3 FORTALECIMENTO E REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA NA AMÉRICA DO SUL</b> .....	<b>45</b>
3.1 BENEFÍCIOS DA COOPERAÇÃO COM OS EUA: CRESCIMENTO DO APARATO SECURITÁRIO COLOMBIANO .....	45
3.2 A ESTRATÉGIA UTILITARISTA DE BOGOTÁ SOBRE A COOPERAÇÃO DEPENDENTE E ASSOCIADA .....	53
3.3 REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA NO PANORAMA SUL-AMERICANO .....	56
3.4 UMA ANÁLISE COMPARADA DOS RECURSOS DE PODER MILITAR DA COLÔMBIA FRENTE AO EQUADOR, VENEZUELA E O BRASIL .....	57
3.5 OS PRIMEIROS SINAIS DE REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA NA AMÉRICA DO SUL .....	61
3.6 AS “FUMAÇAS DE 2008” E A PERCEPÇÃO REGIONAL DA REINSERÇÃO SECURITÁRIA COLOMBIANA .....	66
3.7 A CONSOLIDAÇÃO DO REPOSICIONAMENTO DO PODER COLOMBIANO NA HIERARQUIA REGIONAL E AS REAÇÕES DOS PAÍSES VIZINHOS .....	69
3.8 IMPACTOS MAIS RECENTES DA REINSERÇÃO COLOMBIANA NA HIERARQUIA DE PODER REGIONAL .....	73
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>80</b>

## **PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO**

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o processo de reinserção securitária da Colômbia na região sul-americana, por meio da recente cooperação militar entre Bogotá e Washington, após a implementação do Plano Colômbia, em 2000, contra a guerrilha e o narcotráfico. O foco principal deste estudo é tratar das transformações operadas na debilitada Colômbia dos anos 1980 e 1990, a partir do revigoramento de seu aparato securitário nos anos 2000, até as implicações regionais do reposicionamento do poder militar colombiano frente a alguns países vizinhos em 2015: Brasil, Equador e Venezuela.

Com a finalidade de se compreender os condicionantes que alicerçaram a cooperação colombo-estadunidense no início dos anos 2000, foram contextualizadas as relações de ambos os países, desde a consolidação do Estado nacional colombiano, no início do século XIX, identificando os fatores socioeconômicos, políticos, sistêmicos e estratégicos que colaboraram ao longo do tempo para o alinhamento entre Bogotá e Washington. Ressalva-se, dessa forma, que essa relação será examinada por intermédio de uma abordagem histórica, estruturalista e comportamentalista.

As perspectivas teóricas adotadas debruçam-se, primordialmente, na análise da cooperação entre a Colômbia e os EUA. Assim, o primeiro enfoque situa-se nos marcos da cooperação dependente e associada que subjaz o alinhamento colombo-estadunidense. Tickner e Morales (2015), ao atualizarem o debate da dependência nos estudos de Cardoso e Faletto (1970), Evans (1979) e Dos Santos (1958), defendem que existe uma compatibilidade e incentivo a um processo de desenvolvimento dependente e associado na Colômbia, em consonância com os interesses dos EUA. De acordo com essa perspectiva, a reprodução desses laços de dependência interliga um amplo pacto social das classes dominantes do centro e da periferia: o Estado dependente e o capital transnacional, fomentando um tipo de desenvolvimento tutelado nas mais diferentes esferas do país periférico (Colômbia), inclusive no âmbito militar.

O segundo enfoque que permeia a análise da cooperação colombo-estadunidense ancora-se em pressupostos racionais e utilitaristas, identificados na política externa da Colômbia durante os ciclos de aprofundamento da dependência do país sul-americano ao *hegemon* norte-americano. Em outras palavras, este trabalho defende que Bogotá buscou a maximização dos ganhos relativos oferecidos pela cooperação militar com Washington, no período recente, ao objetivar a revitalização e expansão do seu poder militar – assim como na década de 1950 (Guerra da Coreia). Segundo Helen Milner (1992), cooperações pressupõem a busca de objetivos voltados para ganhos para ambos os atores, podendo essas vantagens

serem distribuídas de maneira desigual entre eles, quando existe uma assimetria entre os países alinhados. Para que isso ocorra, pressupõem-se uma postura racionalista e uma sintonia no ajuste das políticas entre os dois países nessa relação. O processo de revigoração do aparato securitário da Colômbia pela parceria norte-americana conduziu-se, desse modo, sobre esses vetores identificados pelo estudo de Milner (1992).

Na primeira parte deste trabalho, ao se contextualizarem as relações colombo-estadunidenses nos últimos dois séculos, se examina o contexto sociopolítico interno do país sul-americano e as prerrogativas externas da Colômbia, incluindo-se os próprios objetivos e a agenda política dos EUA no país andino, somados às reformulações sistêmicas da ordem internacional. Dessa forma, haverá uma convergência de todos esses elementos ao objetivar uma narrativa mais abrangente.

Após a devida contextualização dessas relações, este trabalho incidirá às raízes contemporâneas que germinaram na cooperação militar entre Washington e Bogotá até a criação e implementação do Plano Colômbia, nos anos 2000. É a partir de então que este estudo se debruça, com maior precisão, na análise dos desdobramentos dessa cooperação para a Colômbia e para a distribuição de poder regional da América do Sul. Dessa forma, este trabalho defende a hipótese de que houve uma revitalização e modernização do aparato securitário colombiano, por meio da cooperação militar com os EUA, na qual incidiu no crescimento do poder militar da Colômbia nos últimos quinze anos. Apesar de se verificar que esse processo de expansão das capacidades militares se operou no combate contrainsurgente interno e na Guerra às Drogas do país andino, observa-se um impacto externo desse movimento no fortalecimento securitário de Bogotá ao transcender o seu conflito doméstico e, dessa forma, reposicionar a inserção securitária da Colômbia na região. Assim, este trabalho defende a existência de um processo recente de reinserção securitária da Colômbia na América do Sul.

Para que se possa demonstrar o impacto regional do crescimento do poder militar da Colômbia no panorama sul-americano, optou-se por contrastar os recursos de poder e o próprio poder militar da Colômbia com três países vizinhos: Brasil, Equador e Venezuela. A escolha desses países corresponde ao espaço sul-americano mais próximo da Colômbia e, dessa forma, representa o melhor cenário de observação desse fenômeno [tanto no âmbito securitário envolvendo as Forças Armadas (FFAA), quanto na esfera político-institucional]. Isto é, se realiza uma análise comparada dos quatro países para que seja viável a comprovação da respectiva hipótese. Também, foram escolhidos, para a operacionalização da pesquisa, dois conceitos de John Mearsheimer (2014): o Poder latente e o Poder militar. O primeiro

representa os ingredientes socioeconômicos incluídos na construção do poder militar de um Estado, como a riqueza, população, PIB, etc. Já o segundo refere-se ao tamanho e a eficácia das FFAA de um Estado, incluindo os braços do Exército, Marinha e Aeronáutica. Devido a algumas limitações encontradas durante a coleta de dados, o poder militar da Colômbia e dos países vizinhos estarão estritamente associados ao tamanho de suas FFAA. Dessa forma, este trabalho identifica o processo de reinserção securitária da Colômbia pela instrumentalização desses indicadores de recursos de poder e poder militar, somado ao contexto político e reações do Equador, da Venezuela e do Brasil a esse movimento. O recorte temporal envolveu os distintos contextos: ano de 1995, o triênio 2007-2009 e o ano de 2015.

Além da análise comparada, também se empregou o método hipotético-dedutivo neste artigo, uma vez que se supõem a implicação securitária do fortalecimento militar colombiano para a hierarquia de poder na região sul-americana, por meio da cooperação com os EUA. Para que se cumpram os objetivos estabelecidos neste trabalho, operacionalizou-se tanto dados qualitativos, quanto dados quantitativos. Isto é, este trabalho se reporta a uma literatura especializada acerca do seu objeto de estudo: telegramas diplomáticos confidenciais, discursos presidenciais, documentos e relatórios disponibilizados em órgãos governamentais (EUA, Colômbia, Equador e Brasil), banco de dados sobre indicadores econômicos, militares e fontes de imprensa.



## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES COLOMBO-ESTADUNIDENSES

As relações entre a Colômbia e os Estados Unidos remontam a um processo histórico de consolidação e desenvolvimento desses Estados, a partir do século XIX, bem como ao longo do século XX. Questões de demarcação territorial, como a expansão dos EUA para o Oeste; a perda colombiana do seu istmo para que viria a ser o Panamá; a limitação das fronteiras dos países sul-americanos e a posterior projeção do poder hemisférico dos EUA para as Américas fazem parte do desenvolvimento dessas relações. Paralelo a esse arranjo sistêmico dos países no continente americano – especificamente os Estados Unidos e a Colômbia, é possível afirmar que no decorrer da história houve um movimento de pactuação das classes dominantes colombianas ao modelo de desenvolvimento econômico (neo)liberal defendido pelos EUA (atrelado a demais fatores, como a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho), demonstrando uma profunda conexão estrutural e a convergência política desses países ao longo dos anos.

### 2.1 OS PERCALÇOS DA FORMAÇÃO DE UM “ESTADO” COLOMBIANO

Todos os processos de formação de Estado ocorreram de maneiras distintas e condizentes com as particularidades históricas, políticas e socioeconômicas de cada região, de maneira desigual em contextos favoráveis e em contextos adversos. A formação dos Estados latino-americanos, ou mais especificamente dos países da América do Sul, não foi diferente. Alguns lograram uma dinâmica de consolidação estatal com maior estabilidade; outros, porém, enfrentaram um percurso mais tortuoso nas primeiras décadas do século XIX. Fatores institucionais como Exército, Igreja, partidos políticos e elementos socioeconômicos como classes dominantes, atrelado ao modelo de desenvolvimento próprio de cada região, constituíram-se condicionantes importantes para os Estados nascentes da América do Sul (DONGHI, 1970).

A Colômbia, em contraste com a maioria dos Estados vizinhos, possuiu grandes dificuldades de consolidar um poder centralizador sobre a égide do Estado desde a sua independência política, no início do século XIX, e ao longo do século XX. De acordo com Bejarano (2011), não houve no país a operacionalização de um projeto homogêneo de formação das instituições básicas do Estado e, sim, a continuidade de uma estrutura socioeconômica regionalista capitaneada pelas elites oligárquicas. A representação política desses grupos, de acordo com o autor, ocorria pela via partidária e sem mediações com o seu

eleitorado, não sendo possível distinguir os partidos do “Estado” ou da arena política da qual faziam parte.

**Figura 1: Colombia com el Oceano Pacífico y el Mar del Caribe**



Fonte: Respuestas (2016).

O conflito interno entre centralistas e federalistas capitaneados pelo Partido Liberal e o Partido Conservador sobre a sombra das Forças Armadas (FFAA) colocou a nascente nação em uma indefinição do modelo de desenvolvimento político a ser adotado ao longo de todo o século XIX, em um quadro de profunda fragilidade de um poder centralizador na qual era incapaz de controlar todo o território. Marco Palacios e Frank Safford (2012), ao analisarem a história colombiana, apontam essa característica de debilidade do Estado andino, construído as custas de ininterruptos conflitos políticos entre as classes dominantes, paralelo a exclusão de um amplo segmento de sua sociedade.

Outra característica relevante é que, diferentemente de países como Chile, Peru, Paraguai e Brasil, a Colômbia, por situar-se em um cenário de rechaço a todas as tentativas de monopolização do seu poder estatal –, nunca possuiu capacidades efetivas de controlar, de maneira coordenada, o seu desenvolvimento econômico até o ciclo cafeeiro no início do século XX. Esses eram alguns dos percalços do país com uma das maiores tendências oligárquicas da região. Quanto à histórica fragilidade do Estado colombiano, atrelado à monopolização inexistente de seu poder coercitivo no seu território, verifica-se que:

Ao longo do século XIX, e ante o paulatino enfraquecimento dos caudilhos militares – veteranos da independência –, o partido Liberal e o Conservador consolidaram-se como organizações duradouras e como os principais veículos na formação do Exército e do Estado. Com efeito, os partidos substituíram um Estado quase inexistente: resolviam conflitos, impunham ordem e mobilizavam a população, atuavam como aparato coercitivo do Estado, controlavam o território e a população, substituindo ou submetendo ao exército e mantendo milícias privadas para controlar insurreições populares ou enfrentar autoridades alternativas nas regiões (BEJARANO, 2011, p. 78).

Isto é, percebe-se uma forma de organização interna da Colômbia na qual os dois partidos hegemônicos comandavam de fato as suas populações e garantiam a sua presença militar por meio de um “aparato caudilhistas”, que se sobrepunha as instituições básicas coercitivas de Estado, como a própria polícia ou a guarda nacional. Verificam-se as raízes do que viria a serem os diversos grupos paramilitares e milícias contemporâneas do país, na qual garantiriam a permanência do predomínio político das elites regionais da Colômbia, ao instrumentalizar institucionalmente a ação e a luta partidária.

De acordo com a leitura histórica desenvolvida por Michael J. La Rosa e Germán R. Mejía (2014), faltava para a Colômbia um consenso político mínimo entre as elites governantes, somado a influência do Exército e da Igreja nas esferas de decisões, quanto ao modelo de desenvolvimento estatal a ser seguido. Conflitos internos entre Liberais, Conservadores, Centralistas, Federalistas e autoritários, sobre Constituições, retardaram esse processo de unidade interna do país, paralelo a indefinição de sua política externa nessa fase inicial sobre o colchão das preferências externas dos diferentes grupos dominantes.

O Estado colombiano somente terá melhores condições de mitigar essas debilidades com uma maior centralização política e um desenho institucional mais arrojado no início do século XX, por meio das benesses da expansão cafeeicultora, conforme defende Bejarano (2011). Entretanto, a “dança violenta” entre os dois partidos permaneciam no horizonte político da jovem nação, imiscuído a uma ampla rede clientelista-regional que se desenvolvia em detrimento de um projeto nacional e de um Exército suficientemente estruturado. Para o autor, esses fatores germinaram um impacto negativo para o desenvolvimento histórico de uma ordem político-democrática ao longo dos séculos XX e XXI.

## 2.2 PRECONCEITOS E INTERESSES: OS PRIMÓRDIOS DA RELAÇÃO WASHINGTON-BOGOTÁ NA FORMAÇÃO DOS EUA

Os primórdios das relações colombo-estadunidenses advinham de questões comerciais entre os países e de investimentos norte-americanos aportados no país andino, pautada, inicialmente, na produção bananeira e, posteriormente, no comércio cafeeiro e na indústria

petrolífera. Ao longo do século XIX, contudo, as relações políticas entre a Colômbia e os EUA eram marcadas por um grau de distanciamento, decorrente de fatores como a falta interesse concreto de Washington no país vizinho e um rechaço do corpo diplomático norte-americano a cultura hispano-americana.

O primeiro funcionário enviado pelos EUA para a Colômbia chegara em Bogotá na década de 1820. No início da década de 1830, o Ministro Thomas Moore relatava que “embora as pessoas sejam singularmente boas e pacíficas, os líderes professam por dia todas as virtudes e praticam por hora todos os vícios.” Em meados da década de 1830, o encarregado dos EUA, Robert McAfee relatava que a Colômbia era um país católico fanático controlado pelos padres, já em meados de 1850, o Ministro James Bowlin observava que a Colômbia era habitada por “infelizes miseráveis” e concluía que “mesmo em contraste com as nações de seu próprio tipo, formadas da mesma revolução, do mesmo povo, ela ocupa o degrau mais baixo da escada”. (SCHOULTZ, 2000, p. 190).

Isto é, apesar do crescente interesse econômico dos EUA para com o seu entorno regional e o estabelecimento de laços diplomáticos com países vizinhos da região, como a Colômbia, a política externa norte-americana era permeada por um conjunto de preconceitos e “valores civilizatórios próprios” nessa fase inicial marcada por confrontos da organização política e social do país com os modelos latino-americanos. A cultura anglo-saxã protestante, indubitavelmente, chocava-se com os herdeiros da civilização espanhola nesse processo inicial de formação e consolidação dos países americanos. Os primeiros relatos dos funcionários norte-americanos enviados à jovem Colômbia coincidiam com as instabilidades políticas atravessadas pelos países bolivarianos de então (Equador, Colômbia e Venezuela), após as trajetórias de independência, fazendo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) denominarem esse período como anárquico na história dos países latino-americanos. A imagem da Colômbia, transmitida a Washington pela segunda geração de enviados dos EUA, não se diferenciava dos demais países da América do Sul, marcadas por observações pessimistas de uma região economicamente subdesenvolvida, autoritária, violenta e politicamente instável. Essa visão que “repousava nas prateleiras do Departamento de Estado sofreu uma inflexão após a Guerra Civil [1861-1865] e através da geração seguinte de funcionários de política externa dos EUA que começaram a desenvolver um interesse pela região”. (SCHOULTZ, 2000).

De acordo com Schoultz (2000), pode-se afirmar que o início de um maior contato político entre Washington e Bogotá começou a partir de 1846, por uma pressão exercida pelos empresários norte-americanos no estabelecimento de um tratado que viabilizasse uma rota de

transporte através do istmo do Panamá<sup>1</sup>, em troca da garantia por parte dos EUA da soberania de Nova Granada sobre o território. Isto é, até meados de 1800, o interesse estadunidense em estabelecer relações com a Colômbia resumia-se, quase que unicamente, a prerrogativas comerciais e logísticas, especificamente na questão da rota panamenha.

Até o início do século XX, os EUA ainda não haviam atingido a consolidação de seu território – como a expansão para o oeste e a incorporação de uma parte do México, muito menos tivera condições de projetar o seu poder sobre uma região que ainda era espaço de atuação de alguns países europeus. A Grã-Bretanha, de acordo com Schoultz (2000), era uma poderosa rival em toda a parte que os Estados Unidos se voltavam para a América Latina, não possuindo os EUA condições de antagonizar a poderosa marinha britânica e a onipresente ligação comercial dos ingleses com as mais variadas Repúblicas Hispano-Americanas<sup>2</sup>. Antes da Guerra Civil (1861-1865), igualmente inexistia uma definição do modelo socioeconômico que predominaria na condução da nação anglo-americana, que ainda debatia-se em questões políticas antagônicas. (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990).

As relações colombo-estadunidenses, dessa forma, se desenrolaram até o final do século XIX, primordialmente na questão da construção de um canal transoceânico no Panamá, em um repertório de tratados entre Washington e Bogotá, paralelo a presença remanescente de países como a Grã-Bretanha e a França na região. A despeito dos preconceitos do quadro diplomático norte-americano, interesses logísticos sobre esse canal incidiam nessas relações, em um período de formação do território nacional estadunidense sobre a demanda de seus grupos empresariais. É perceptível, afirma Schoultz (2000), a desconfiança política dos dirigentes colombianos com a crescente presença estadunidense na região, acentuadamente no território panamenho. Bogotá, em diversos contextos, procurava canais diplomáticos para contrabalancear a crescente influência de Washington no país, ao instrumentalizar a mediação europeia sobre o processo de construção do canal. O receio por parte da Colômbia era evidente: a perda da soberania de seu território sob a justificativa da operacionalidade da passagem marítima controlada pelos EUA, em um território que já era há décadas um protetorado militar da ascendente potência do Norte.

---

<sup>1</sup> O Panamá constituiu uma antiga província colombiana que se encontrava geograficamente mais afastada do antiga Nova Granada (ou posteriormente a Colômbia), sobre uma vasta selva que obstaculizava o controle efetivo do país andino. Ao longo do século XIX, esse distanciamento influenciou o surgimento de uma cultura panamenha separatista. (SCHOULTZ, 2000; PALACIOS; SAFFORD, 2012).

<sup>2</sup> Um dado interessante é que o comércio britânico com a América Latina era quatro vezes maior que o dos Estados Unidos, sendo a nação ianque portadora de uma marinha insignificante e carente de empréstimos estrangeiros. (SCHOULTZ, 2000).

### 2.3 INFLEXÃO DE UMA RELAÇÃO TUTELADA: OS SINAIS DO “CASSETETE ESTADUNIDENSE”

As relações colombo-estadunidenses sofrem um processo gradativo de reordenamento após o fim do conflito interno norte-americano e o movimento contínuo de expansão econômica dos EUA para os territórios do Oeste, a Costa do Pacífico e a busca por oportunidades comerciais na região do Caribe. A vizinhança latino-americana começava, assim, a ser vislumbrada com uma maior atenção do que aquela destinada anteriormente.

Esse contexto que marca o fim do isolamento estadunidense, atomizado por consideráveis interesses econômicos internos, deve ser vislumbrado sobre um desenho mais amplo do poder internacional do imperialismo europeu. Muitas das grandes nações europeias, impelidas pelas mesmas forças que condicionavam a América a se expandir, já estavam rivalizando por territórios e influência nas regiões subdesenvolvidas do mundo. Esses exemplos aguçaram o apetite norte-americano por um império. (SELLERS; MAY; McMILLEN, 1990). Além disso, fatores como a diminuição gradativa da presença europeia nos países latino-americanos (com o Império Britânico em estágio de declínio hegemônico) e a projeção crescente do poder político-militar norte-americano para uma região que viria a ser o seu entorno estratégico corroboraram para reposicionar os vetores de política externa e a posição que tanto a Colômbia quanto os EUA ocupariam nessa relação permeada pelos mais variados interesses.

Os Estados Unidos, emergindo para o imperialismo, preparavam-se para confirmar, pelas armas, a sua *soberania sobre o Continente*, onde o seu *fiat* era a lei, conforme proclamara, anos antes, o Secretário de Estado Richard Olney. Empunhariam o *big stick* (o grande cassetete), para exercitar o seu *poder internacional de polícia* (*international police power*), que o Presidente Theodore Roosevelt instituíra, como um *corolário* da Doutrina Monroe. E não permitiriam a intrusão de outra potência na sua esfera de domínio. (BANDEIRA, 1978, p. 168).

Luiz A. M. Bandeira (1978) sintetiza com essa passagem o que considerável a parte da literatura destaca sobre a ascensão da hegemonia estadunidense paralelo a penetração de sua influência nos países latino-americanos<sup>3</sup>. A necessidade de expansão internacional das companhias norte-americanas, assentadas em um Estado com o maior poder militar da região, acrescido de elementos morais, como o Destino Manifesto, corroboraram para o início da liderança estadunidense sobre os países vizinhos, ou o início de sua fase imperialista.

Visualiza-se a implementação de uma política externa estadunidense contrastante com a desempenhada pelas potências europeias, especialmente, nas vastas regiões coloniais. Os

---

<sup>3</sup> Para mais informações, consultar Smith (2000), Schoultz (1998), Mearsheimer (2014). Nye (2002), Ferguson (1972), Kissinger (1979), Kennedy (1989), etc.

autores são taxativos ao elencar os interesses econômicos que subjazia a expansão inicial dos EUA para a sua área de influência, ou no que viria a ser o seu entorno estratégico da região do Caribe e a América Central. Diferia-se o espaço sul-americano mais distante geograficamente, com um *locus* de inserção distinto. Todas as contínuas intervenções norte-americanas nos países de seu entorno estratégico ou no “Lago Americano”, ao longo do século XX, se davam por meio do *Big Stick* ou sobre uma nova forma de imperialismo<sup>4</sup>.

É perceptível que elementos ideológicos, religiosos, étnicos, entre outros, também fizeram parte do processo de crescente de propagação de sua esfera de influência nos países latino-americanos. Perpassado aos interesses econômicos e as formulações políticas de Washington, verifica-se, ao longo do século XX, a defesa de muitos desses valores pelos formuladores de políticas externa, a fim de preservar/justificar a liderança internacional dos EUA, como o próprio Destino Manifesto e uma linguagem moderna do darwinismo social na administração Theodore Roosevelt (1901-1909) (SCHOULTZ, 2000).

**Figura 2: Os Estados Unidos no mundo (1890–1914)**



Fonte: Slide Player (2010).

<sup>4</sup> Para uma maior elucidação, ver Figuras 2 e 3 abaixo.

**Figura 3: O Lago Americano**



Fonte: Pining (S.d.).

#### 2.4 O ENCONTRO COM O TITÃ: O REORDENAMENTO DAS RELAÇÕES COLOMBO-ESTADUNIDENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ao se analisar a história colombiana, percebe-se que o país somente esboçará preocupações relativas ao ambiente internacional quando passa a estar plenamente inserido na economia mundial, em um processo de reordenamento das grandes potências do sistema internacional no início dos anos 1900. Isto é, após a Guerra Hispano-Americana (1898), o enfraquecimento da influência política europeia sobre as Américas e a paralela expansão da presença estadunidense sobre o Caribe e o Pacífico. (BANDEIRA, 1978; SCHOULTZ, 2000).

Todo esse contexto culmina para a Colômbia na perda de seu território ao norte para o que viria a ser o Panamá, em 1903, sobre a maciça pressão estadunidense, em um dos contextos cíclicos de conflito interno do país após a *Guerra de los Mil Días* (1899-1902). Isto é, os EUA passam a envolver-se na construção do canal na região durante o conflito interno colombiano, pressionando a independência panamenha através de sua Marinha de Guerra. O apoio dos liberais colombianos derrotados nesse conflito interno pelos conservadores e os “exilados no território panamenho” fora importante, a despeito das acusações de agressão à soberania colombiana. (PALACIOS; SAFFORD, 2012).

Isto é, após todo um processo que desemboca na perda do Panamá, percebe-se mais uma vez um caráter de fragilidade da Colômbia: a inexistência de um sentimento nacionalista, somado a passividade de suas elites na construção de um Estado compatível com os ditames



da modernidade e os desafios oriundos da reacomodação de forças internacionais da América do Sul. É interessante observar como as pressões internacionais advindas da inserção dos Estados Unidos na região foram processadas pelas classes dominantes do país andino e quais foram as suas respostas para o período e nas décadas seguintes.

Visto de outra forma, apesar da perplexidade das elites colombianas, o nacionalismo conservador do país<sup>5</sup> não buscava romper o *status quo* herdado do período colonial e, sim, mantê-lo sobre a cultura hispânica, o sistema patrimonialista e a acomodação de classes já existentes. Sobre o prisma histórico, não era nenhuma novidade a inexistência de um projeto nacionalista ancorado em valores de coesão social na Colômbia. Desde o nascimento do Estado andino, o processo de definição e desenvolvimento de suas instituições políticas fora tortuoso em decorrência de uma inexistente pactuação política das oligarquias agrárias, grupos conservadores e classes liberais (como a burguesia nacional). O esboço de um projeto nacionalista, em paralelo ao desenvolvimento eficaz de instituições que garantissem o monopólio do uso da força<sup>6</sup>, era a última das preocupações de um país ancorado sobre uma teia de prerrogativas políticas regionais. O resultado desse processo histórico para a Colômbia correspondeu ao estabelecimento de uma relação assimétrica entre um Estado fraco com uma potência em ascensão.

As relações colombo-estadunidenses, posteriormente, esfriaram-se e somente foram retomadas “após o pagamento de uma indenização de vinte e cinco milhões de dólares a Colômbia pela intervenção arbitrária e agressiva no Panamá”. (LAROSA; MEJÍA, 2014, p. 104). Mesmo assim, até 1922, a relação política dos países foi marcada por um conjunto de intrigas diplomáticas e desconfiança por parte dos políticos colombianos sem que “as feridas da perda do Panamá estivessem completamente cicatrizadas”. Apesar do considerável mercado estadunidense para o café colombiano, novas oportunidades comerciais e investimentos norte-americanos foram freados pelos governos de Bogotá, a fim de se obter uma melhor posição de negociação com o “colosso do norte”, como na incipiente indústria petroleira colombiana. Somente em um contexto posterior – acrescidos de algumas compensações norte-americanas em decorrência do Panamá<sup>7</sup> – é que ocorre, por parte dos dirigentes colombianos, o reconhecimento efetivo da reacomodação de forças internacionais e a necessidade de se debruçarem, gradativamente, sobre a “estrela polar do norte”, a fim de

---

<sup>5</sup> Semelhante à maioria dos países da América do Sul.

<sup>6</sup> Como uma Guarda Nacional efetiva e um Exército moderno e profissional.

<sup>7</sup> Em 1921, durante os acordos de paz, os Estados Unidos pagaram 21 milhões de dólares em cinco prestações para a Colômbia a fim de mitigar os efeitos da independência do Panamá. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010).

obterem vantagens comerciais e investimentos estadunidenses, mesmo sobre uma condição de subordinação. (PALACIOS; SAFFORD, 2012).

Seja por pragmatismo, convicção ou conveniência das elites políticas e econômicas do país, ou por sugestões, intervenções ou imposições dos EUA, o fato é que, desde a perda do Panamá, no início do século XX, a Colômbia tem uma relação muito próxima aos norte-americanos. Um capítulo fundamental dessa história está sintetizado na formulação da doutrina *Respice Polum*, que teve início no governo de Marco Fidel Suarez (1918-1922) e predominou na diplomacia colombiana ao longo do século XX. Segundo essa doutrina, o país deveria adotar um alinhamento incondicional às diretrizes dos EUA em matéria de política externa, sob a convicção de que, além de pertencer à esfera de influência da “estrela polar do norte”, a Colômbia poderia tirar grande proveito dessa associação. (SANTOS, 2010, p. 68, grifo do autor).

Quais chances teriam um Estado fraco como a Colômbia em uma relação assimétrica com os Estados Unidos se não se inserir em sua esfera de influência, conforme essa interpretação? A associação do país andino com a potência do Norte era a chave da reorientação dessa relação, acentuadamente após a perda do Panamá. Tornava-se visível para as elites dirigentes da Colômbia um crescente entrelaçamento do país aos crescentes interesses estadunidenses na região. A Doutrina *Respice Polum* tornou-se uma das mais conhecidas da política externa colombiana desde então, alternando-se em períodos de maior proximidade e períodos de relativo distanciamento ao parceiro norte-americano.

Fabio S. Cabarcas e Catalina M. Hernández (2012) assinalam o Governo de Marco Fidel Suarez (1918-1922) como o precursor no estreitamento político da Colômbia para com os EUA, apontando o grau de alinhamento dos governos subsequentes nessa relação duradoura. Segundo observado no Quadro 1, elaborado pelos autores, a maior parte dos governos colombianos adotaram uma política externa convergente à agenda estadunidense, buscando alguns deles uma gradativa autonomia internacional sem desvincular-se, consideravelmente, com a potência do Norte. Alguns deles em períodos circunscritos; contudo, tiveram maiores atritos com a “ingerência” externa de Washington, buscando contrapor os interesses do *hegemon*. Em termos comparativos, porém, observa-se o caráter minoritário desses governos ao longo das décadas, em grande medida, pela falta de incentivos colombianos (tanto políticos quanto econômicos) em distanciar-se de uma cooperação norte-americana sobre o risco de represálias externas. Para Cesar Augusto Torres (2010), com o passar dos anos, também se elabora a doutrina *Respice Similia* como um mecanismo de contraposição/moderação ao alinhamento automático aos EUA, “olhando os semelhantes” como países menores e vizinhos. Isso nos auxilia compreender os pesos e contrapesos dessas relações elucidadas na Quadro 1.

**Quadro 1: A relação da Colômbia e dos EUA através do tempo**

Cercania	Marco Fidel Suárez (1918-1921)	Enrique Olaya Herrera (1930-1934)	Eduardo Santos (1938-1942)	Alberto Lleras Camargo (1958-1962)	Julio César Turbay (1978-1982)	Andrés Pastrana (1998-2002)	Álvaro Uribe (2002-2010)
Equilíbrio	Carlos Lleras Restrepo (1966-1970)	Misael Pastrana (1970-1974)	Belisario Betancur (1982-1986)	Virgilio Barco (1986-1990)	César Gaviria (1990-1994)	Juan Manuel Santos (2010)	
Distanciamento-Tensão	Alfonso López Pumarejo (1934-1938 y 1942-1945)	Alfonso López Michelsen (1974-1978)		Ernesto Samper (1994-1998)			

Fonte: elaborado por Cabarcas e Fernández (2012) a partir de Cardona (2011, p. 17).

Ao longo da década de 1920 e 1930, período em que ocorre uma inflexão na política externa colombiana para com os EUA, observa-se um processo de expansão e consolidação da agenda econômica e política de Washington nos países latino-americanos (excetuando-se países sul-americanos mais distantes, como o Chile e a Argentina, que ainda se mantinham dependente do capital britânico). Segundo Schoultz (2000), a Diplomacia do Dólar institucionalizou ainda mais esta integração, fornecendo oportunidades para a atividade bancária estadunidense e abrindo a porta ao setor de serviços financeiros em geral.

Dessa forma, é possível perceber que a Colômbia, após o processo de conciliação política com os EUA, soube aproveitar a onda de expansão econômica norte-americana ao situar-se, conscientemente, em uma posição de subordinação aos interesses políticos de Washington e aos grupos privados norte-americanos que atuavam no seu território. Um exemplo paradigmático foi a violenta repressão de milhares de trabalhadores bananeiros da empresa norte-americana *United Fruit Company*, em 1928, após mobilizações sindicalistas. Segundo Palacios e Safford (2012), depois da separação do Panamá, essa foi a implicação mais traumática de adaptação dos colombianos a força gravitacional dos EUA.

Também é possível observar, nessa contextualização, um caráter de dependência e associação político-econômica do país andino na consolidação hegemônica dos EUA no continente americano. Desde as primeiras décadas do século XX, perpassando as guerras mundiais e o próprio *Crash* de 1929, a Colômbia seguiu uma tendência de crescimento econômico contínuo, impulsionado pelo gigantesco mercado estadunidense que absorvia o seu setor cafeicultor paralelo aos investimentos econômicos do parceiro comercial em setores estratégicos que viabilizavam a modernização das infraestruturas básicas do Estado colombiano. (DONGHI, 1970; PALACIOS; SAFFORD, 2012).

Assim, este trabalho pode identificar que relações que a Colômbia estabeleceu com os EUA, paralelo a vetores de alinhamento político foram pautadas por um modelo de desenvolvimento econômico escolhido pelas classes dominantes do país, que passam a inserir

expressivamente a nação sul-americana nas relações capitalistas internacionais sobre as recompensas e constrangimentos do peso dos EUA na região.

## 2.5 UMA SUBORDINAÇÃO CONSCIENTE: O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E ASSOCIADO

Ao se contextualizar as relações colombo-estadunidense na esfera política em períodos de construção de um alinhamento histórico, defende-se a execução de uma análise do arcabouço estrutural que subjaz essa parceria por meio de componentes socioeconômicos que alicerçam um modelo de cooperação projetado para as décadas seguintes. Isto é, um escopo homogeneamente político dessa relação, ao desvincular-se de outros condicionantes, tornaria este trabalho simplório e limitado.

De acordo com os pressupostos analíticos desenvolvidos por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), a relação colombo-estadunidense pode ser situada no marco da autonomia e da dependência, em uma interação assimétrica calcada nas distintas posições que cada um dos países ocupa na mesma estrutura capitalista internacional. Ou seja, os EUA seguiram um processo de ascensão hegemônica desde o final do século XIX, e passaram a fazer parte do seleto grupo de países que se situava no centro da economia mundial, diferentemente da maioria dos países ou regiões coloniais, que, conforme essa perspectiva, desempenhavam um papel periférico nessa dinâmica.

A Colômbia, assim como os Estados vizinhos da América Latina, inclui-se no *hall* dos países periféricos em decorrência da vinculação do seu sistema econômico e político, tanto no âmbito interno quanto externo. A visão desenvolvida por Cardoso e Faletto (1970) também defende que os países latino-americanos dependentes refletem a desigualdade externa no âmbito doméstico, com o predomínio de um setor primário no conjunto do sistema produtivo nacional e uma forte concentração de renda por parte das classes dominantes.

Essa perspectiva (1970), dessa forma, corrobora com a visão de manutenção do *status quo* colombiano herdado desde o período colonial, sobre a influência da cultura hispânica, patrimonialista e a acomodação de classes oligárquico-burguesas.<sup>8</sup> Em termos econômicos, os autores destacam que a preservação do modelo oligárquico-exportador da Colômbia, ainda depois de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, é compreensível, pois nem o sistema exportador se diversificou, nem se desenvolveu um setor produtivo importante voltado para o mercado interno.

---

<sup>8</sup> A Colômbia, de acordo com a Teoria da Dependência, é oligárquico-burguesa porque apresenta uma convergência dessas duas classes sociais no seu modelo de desenvolvimento socioeconômico.

A estrutura produtiva primária da Colômbia nas primeiras décadas do século passado, dessa forma, compatibilizou-se com o modelo produtivo industrial dos EUA em um sentido interdependente, semelhante às fases anteriores do sistema capitalista na qual a Espanha e o Império Britânico assumiam a centralidade dessa relação, estruturalmente assimétrica. Os EUA, assim, passava agora a ser – com maior expressividade, o eixo da tradicional inserção subordinada da Colômbia no sistema internacional, influenciando na quase monopolista produção cafeeira colombiana voltada para o mercado consumidor norte-americano, nos marcos de uma ligação comercial desigual. O país andino, em contrapartida, representava o mercado consumidor da produção industrial do parceiro do Norte e o receptor de investimento do capital estadunidense.

Cardoso e Faletto (1970), ao desenvolverem as proposições da Teoria da Dependência, demonstram que as relações erigidas por intermédio dessa perspectiva promovem um ritmo de desenvolvimento para o país dominante e autônomo (com um modelo produtivo industrial), como também, para o próprio país dependente. Isto é, pressupõe-se a existência de algum grau de desenvolvimento nas economias periféricas dos países latino-americanos, sendo esse desenvolvimento, estruturalmente assimétrico, denominado como dependente e associado.

Arlene B. Tickner e Mateo Morales (2015) sintetizam essa perspectiva ao operacionalizarem os aportes teóricos desenvolvidos por Cardoso e Faletto (1970), Cardoso (1973), Santos (1973) e Peter Evans (1979), da seguinte maneira:

Al contrario del supuesto habitual de que la division centro-periferia es la antitesis del desarrollo en los paises dependientes, Theotonio dos Santos (1968 y 1973) y Cardoso (1973) asocian las transformaciones en el capitalismo global ocurridas a mitad del siglo XX con un tipo diferente de dependencia en America Latina en la que esta coexiste con la industrializacion y el crecimiento en distintos paises de la region. En esta etapa, caracterizada por la existencia de nuevas formas de interaccion estrategica entre el capital transnacional – las elites locales y el Estado dependiente (Cardoso 1973) –, los intereses externos se vuelven compatibles con el desarrollo del pais periferico, en lugar de obstaculizarlo. Pese a ello, el crecimiento, la industrializacion y la modernizacion producidos bajo un esquema de dependencia transnacional (Dos Santos 1968 y 1973), descrito por Cardoso (1973) y Evans (1979) como desarrollo dependiente asociado, producen distorsiones economicas, sociales y politicas, dado que reflejan los intereses capitalistas de los actores transnacionales, asi como de las clases dominantes del centro y la periferia. En consecuencia, el desarrollo dependiente asociado constituye una forma truncada de accion, divorciada de cualquier tipo de autonomia decisional por parte del Estado (Cardoso 1973, 163) que, en lugar de romper los lazos de la dependencia, la reproduce. (Cardoso, 1973, 178)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Tradução: Ao contrário da suposição habitual que a divisão centro-periferia é a antítese do desenvolvimento nos países dependentes, Theotonio dos Santos (1968 e 1973) e Cardoso (1973) associam as transformações no capitalismo global ocorridas na metade do século XX com um tipo diferente de dependência na América Latina em que coexiste com a industrialização e o crescimento em distintos países da região. Nessa etapa, caracterizada pela existência de novas formas de interação estratégica entre o capital transnacional – as elites locais e o Estado dependente (Cardoso, 1973) –, os interesses externos retornam compatíveis com o

Conforme destacado na passagem, a subordinação dos países dependentes aos países centrais – e, nesse caso, da Colômbia para com os EUA –, se dá de maneira consciente por parte das elites dirigentes desse Estado, em decorrência de um alinhamento do desenvolvimento interno que não objetiva a superação dessa relação desigual e, sim, a sua manutenção.

O alinhamento colombiano ao capital norte-americano tornava-se elucidativo, como a exploração na nascente indústria petroleira, nas redes de eletrificação, transportes, comunicação e infraestruturas. O caráter de dependência colombiana amplia-se desde os primeiros decênios do século XX, pela atuação de instituições financeiras globais como o *World Bank* e o *Export-Import Bank of the United States*. Percebe-se, com isso, que esse modelo de desenvolvimento dependente e associado sintetizado por Tickner e Morales (2015) engloba o Estado colombiano dependente (com suas elites locais), o capital transnacional e os interesses externos dos países centrais - predominantemente os EUA, em uma associação de desenvolvimento conjunto. São esses os componentes socioeconômico-estruturais que subjazem ao modelo de cooperação colombo-estadunidense, o qual amplia-se nas décadas seguintes.

Com isso, defende-se uma considerável aplicabilidade teórica de alguns dos estudos da Teoria da Dependência, especificamente quando se verifica como se dá a contextualização do alinhamento colombo-estadunidense. As relações que ambos os países conduzem para as próximas décadas, baseia-se, nesse sentido, em uma cooperação dependente e associada sobre um marco assimétrico entre um país latino-americano periférico e uma grande potência que influi não só na dinâmica política e econômica da região caribenha e sul-americana, como do sistema internacional de maneira mais abrangente.

Esse foi o processo de formação de um estratégico alinhamento entre ambos os países ao longo das décadas de 1920 e 1930, compreendendo-se as condições que incentivaram a Colômbia, unicamente depois do Brasil e a Bolívia, a declarar guerra às potências do Eixo em solidariedade aos EUA, durante a Segunda Guerra Mundial. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010).

---

desenvolvimento do país periférico, em vez de obstaculizá-lo. Apesar disso, o crescimento, a industrialização e a modernização produzidos baixo a um esquema de dependência transnacional (Dos Santos 1968 y 1973), descrito por Cardoso (1973) e Evans (1979) como desenvolvimento dependente e associado, produzem distorções econômicas sociais e políticas, dado que refletem os interesses capitalistas do centro e da periferia. Em consequência, o desenvolvimento dependente associado constitui-se uma forma truncada de ação divorciada de qualquer tipo de autonomia decisional por parte do Estado (Cardoso 1973, 163) que, em lugar de romper os laços da dependência, as reproduzem (Cardoso, 1973, 178).

Entretanto, ressalva-se que a história das relações colombo-estadunidenses, mesmo depois da década de 1930, não fora marcada por um alinhamento ininterrupto do país andino às prerrogativas políticas e econômicas da estrela polar do Norte, conforme demonstrado anteriormente pela tabela elaborada por Cabarcas e Fernández (2012). Isto é, essas relações colombianas são permeadas por períodos cíclicos de proximidade, equilíbrio e distanciamento<sup>10</sup>. Nesse último caso, observam-se períodos nos quais existe, por parte de Bogotá, a busca por uma maior autonomia, mesmo ao contrapor-se a corrente de interesses norte-americanos no país e da sua própria esfera de influência regional dos países que compõem o Lago Americano.

## 2.6 TRANSIÇÃO SISTÊMICA PARA UMA NOVA ORDEM MUNDIAL: A LIDERANÇA ESTADUNIDENSE SOBRE AS AMÉRICAS

O final da Segunda Guerra Mundial assinala a transição para uma ordem internacional pós-europeia, reposicionando e recondicionando a atuação das grandes potências vencedoras do conflito mundial no sistema internacional, atrelado às suas esferas de influência regional. O período posterior a 1945, também baliza a consolidação do processo de ascensão hegemônica estadunidense, em suas dimensões políticas, econômicas e ideológicas ao corroborar para construção de uma nova ordem internacional com os aliados norte-americanos. (HOBSBAWM, 2013).

As condições proporcionadas pela Segunda Guerra, dessa forma, não poderiam ter sido mais propícias no início de uma Era de Ouro para os EUA e *posteriori* reformulação de sua política internacional ao assumir um papel de predomínio incontestável sobre os mais diferentes países na gestação de um novo sistema internacional. Diferentemente do período anterior, no qual se optou por um isolacionismo na política externa norte-americana, havia um reconhecimento pelos mais diferentes grupos nacionais da necessidade do exercício de uma liderança sistêmica do país, a fim de se preservar um *status quo* favorável para os múltiplos interesses políticos, econômicos e estratégicos dos EUA e de seus aliados nas mais diferentes regiões do mundo. (PECEQUILO, 2012).

Além da extraordinária posição econômica dos EUA descrito por Smith (2000) no pós-guerra, Pecequilo (2012) destaca os fatores de preponderância militar das forças convencionais norte-americanas e, em acentuada importância, o monopólio das armas nucleares como os pilares que garantiam esse reordenamento de forças internacionais a favor

---

<sup>10</sup> Ressalvando-se o predomínio, na maior parte do tempo, de uma postura de alinhamento ou de defesa aos interesses norte-americanos.

da grande nação. A construção de uma nova ordem internacional fornecia novos padrões de relacionamento e coordenação de políticas no sistema que impedissem que o mundo fosse lançado um novo conflito global. (PECEQUILO, 2012, p. 129).

Dessa forma, ao inaugurar-se o período da Guerra Fria, os EUA consolidaram a sua supremacia política no hemisfério ocidental, iniciando um movimento de pressão da sua antiga esfera de influência latino-americana em uma cruzada anticomunista que viabilizava aos EUA institucionalizar alianças políticas e militares já existentes durante o conflito mundial. Apesar de algumas resistências, como a da Argentina peronista, não só o antigo Lago Americano, como toda a América Sul, passavam agora a fazer parte da órbita de influência da liderança hemisférica estadunidense. (SMITH, 2000).

Para Bandeira (1978), essa liderança hemisférica, também, fora conduzida por imperativos sistêmicos de competição das duas superpotências por esferas de influência do globo, abarcando um processo de reconstrução dos sistemas regionais em uma nova hierarquia dos países dominantes desse novo arranjo internacional. Os países sul-americanos<sup>11</sup>, com isso, eram inexoravelmente incluídos no guarda-chuva estadunidense. Também, é interessante observar outro pilar da consolidação da hegemonia norte-americana no hemisfério com implicações para as relações colombo-estadunidenses: a assistência econômica ofertada pelos EUA aos aliados ou amigos, variando pela influência e penetração dos interesses estadunidenses.

## 2.7 A CONSOLIDAÇÃO DA ALIANÇA WASHINGTON – BOGOTÁ DURANTE A GUERRA FRIA: OS VETORES UTILITARISTAS DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA

Entre 1952 e 1954, a Colômbia integrou um pacto de ajuda de defesa mútua, juntamente com nove países latino-americanos (entre eles, Brasil, Chile, Peru, Equador, Cuba, Nicarágua, República Dominicana, Uruguai e Honduras), no qual os EUA passavam a fornecer equipamentos e serviços militares em troca de promessas de ampliação das capacidades defensivas por parte desses Estados, de envio de matérias-primas estratégicas e de restrição do comércio com o bloco soviético. Outras políticas de assistência técnica e econômica foram firmadas não só com a Colômbia, mas com os demais países da região, a fim de mobilizar esses países contra a URSS. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010).

---

<sup>11</sup> Mesmo os estados mais poderosos e ricos que a Colômbia no pós-45, como o Brasil e a Argentina.



A Guerra da Coreia, na década de 1950, oportunizou a Colômbia a aprofundar a sua relação política com os EUA ao somar-se como um aliado regional para a sua liderança internacional, obtendo vantagens com o crescente processo de aproximação com o colosso do Norte, como o envio de tropas para o conflito na península coreana sob a liderança das forças de combate estadunidense. Para Juan Meléndez Camargo (2014), o Governo Laureano Gómez seguindo as prerrogativas da classe dominante do país, consolidou a dependência econômica com os EUA e oficializou a participação ativa da Colômbia na Guerra da Coreia.

Por meio da análise histórica desenvolvida por Meléndez (2014), na metade do século passado, já era possível perceber vetores racionais e utilitaristas que permeavam a política externa colombiana para com os EUA, objetivando benefícios militares e obtenção de experiência para as Forças Armadas (FFAA) colombianas no cenário de guerra coreana. Isto é, aspectos de logística, armamento e treinamento poderiam ser obtidos pela cooperação subordinada com as forças de combate norte-americanas – potencializados em territórios de selvas no Leste-asiático que se assemelhavam ao espaço geográfico colombiano.

Sobre el particular, según documentos oficiales, llegó a airmarse en su momento, que la participación del país buscaba una contraprestación norteamericana exclusiva para el Ejército Nacional, la cual incluía: “crear trece batallones de infantería, adquirir dos fragatas, algunos aviones de guerra y vehículos de transporte, para combatir las guerrillas de los Llanos”.

Se cumplía así con dos propósitos: apoyar de manera real a un país que en el futuro iba a reconocer el esfuerzo hecho y, también, se lograron beneficios en el plano militar local que se verían relegados más adelante en el desarrollo de su Ejército. Dos claros ejemplos de estos logros son: **A)** Em los años siguientes el apoyo militar de los Estados Unidos se incrementó notablemente. **B)** Muchos de los combatientes que regresaron al país fueron enviados a combatir guerrillas campesinas, para que aplicaran las técnicas de operación aprendidas en tierras extranjeras.

Para Valencia Tovar, las enseñanzas de la Guerra de Corea pueden resumirse en lo que se conoce como la ‘tercera reforma militar del siglo XX’ que incluyó: La introducción de la Plana Mayor, el perfeccionamiento de la táctica de fuego y movimiento, y la técnica, la doctrina defensiva, la introducción de la inteligencia y la contrainteligencia, el orden para el funcionamiento logístico de las tropas tal como transporte, raciones, uniformes, etc., mejoras técnicas en comunicaciones, instrucción mediante visitas, manuales y textos a los miembros del Ejército, avance en la ciencia naval, entre otros. (MELÉNDEZ, 2014, p. 231-232)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Tradução: Sobre o particular, segundo documentos oficiais, chegou-se a destacar no seu momento que a participação do país buscava uma contraprestação norte-americana exclusiva para o Exército Nacional, na qual incluía: “criar treze batalhões de infantaria, adquirir duas fragatas, alguns aviões de guerra e veículos de transporte para combater as guerrilhas das planícies”.

Se cumpriam assim dois propósitos: apoiar de maneira real a um país que no futuro iria reconhecer o esforço feito e, também, lograr benefícios no plano militar local que seriam relegados mais adiante no desenvolvimento do seu Exército. Dois exemplos claros desses ganhos são: A) Nos anos seguintes, o apoio militar dos EUA se incrementou notavelmente. B) Muitos dos combatentes que regressaram ao país foram enviados ao combate às guerrilhas camponesas para aplicarem as técnicas de operação aprendidas em terras estrangeiras.

Para Valencia Tovar, os ensinamentos da Guerra da Coreia puderam resumir-se no que se conhece a “terceira reforma militar do século XX” que incluía a introdução de inteligência e contra inteligência, a ordem de funcionamento logístico das tropas como transporte, racionamentos, uniformes, etc., melhores técnicas em

Pode-se compreender, dessa forma, que a Guerra na Coreia representou o primeiro processo modernizador das FFAA colombianas, frutificado pelo estreitamento da cooperação colombo-estadunidense<sup>13</sup>. Também, representou uma aposta política bem-sucedida ao visar o apoio militar da maior potência do sistema internacional ao país andino no longo prazo. A subordinação consciente da Colômbia aos EUA correspondeu a interesses concretos de modernização de sua infantaria, obtenção de equipamentos militares, carros de combate e utilização das doutrinas de combate absorvidas com os norte-americanos no conflito doméstico contra as guerrilhas camponesas.

Ao se contextualizar as relações colombo-estadunidenses, observa-se o crescimento do caráter de dependência colombiana em sua associação gradativa com os EUA, perpassando fatores econômicos, políticos, sistêmicos e militares ao longo das últimas cinco décadas em análise, acrescido das particularidades do no cenário de Guerra Fria.

## 2.8 A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E A RETICÊNCIA COLOMBIANA PELA PROMOÇÃO DE REFORMAS SOCIAIS NO INÍCIO DO CONFLITO INTERNO

No contexto de Guerra Fria e, especialmente, após o trauma da Revolução Cubana para os EUA em 1959, verificou-se, na década de 1960, um maior engajamento estadunidense nos países latino-americanos, visando um projeto de crescimento econômico e uma mínima estabilidade social. A política externa norte-americana procurou, dessa forma, minimizar as condições de desigualdades sociais e possíveis focos de atuação de grupos guerrilheiros, partidos de esquerda e todos atores sociais contrários ao *status quo* vigente. A *Alianza para el Progreso*, com isso, representou da melhor forma essa iniciativa, levada a cabo pelos EUA após a eleição do Presidente John F. Kennedy, em 1961. Segundo Smith (2000), além da promoção do crescimento econômico, do desenvolvimento social e a da Democracia, os EUA fomentaram reformas sociais, ajustes estruturais, iniciativas de industrialização, promoção de empregos, entre outras medidas por meio dos recursos da Aliança para o Progresso (AP) para todos os países latino-americanos receptivos, com exceção, unicamente, de Cuba.

---

comunicações, instruções mediante visitas, manuais e textos aos membros do Exército, avanço na ciência naval, entre outros. (MELÉNDEZ, 2014, p. 231-232).

<sup>13</sup> O primeiro período de modernização, contudo, remontavam ao início do século XX na qual havia, por parte da Colômbia a inspiração pelos protótipos europeus, como o alemão e o francês. Houveram quatro missões chilenas entre 1907 e 1915, a presença dos franceses na organização de uma escola militar de aviação entre 1919 e 1921 e o contrato de uma missão alemã, em 1929. (PALACIOS; SAFFORD, 2012). Conforme visualizado anteriormente, a inserção estadunidense na Colômbia nesse período não se fazia por acordos de cooperação militar, e sim pela crescente presença econômica da potência emergente, diferentemente de um contexto posterior.

Contudo, as demandas norte-americanas por essas reformas encontraram poucas respostas na Colômbia. De acordo com Palacios e Safford (2012), esses recursos incidiram, prioritariamente, no setor produtivo voltado para a exportação, como o café, em contraste com o empreendimento de reformas sociais necessárias e a promoção da estabilidade institucional colombiana.

A Colômbia foi outro país na qual os norte-americanos depositaram grandes esperanças. [...] Obtiveram grandes empréstimos do governo estadunidense e dos organismos multilaterais – sendo o país qualificado como modelo de reformismo democrático. As esperanças resultaram prematuras, já que o governo colombiano logrou uma escassa reforma em âmbitos cruciais como a redistribuição de terra. Mesmo tendo havido um crescimento econômico, muito pouco beneficiou ao setor rural e à crescente população radicada na periferia das cidades. Em meados dos anos 1960, a Colômbia havia se convertido no centro das críticas do congresso dos EUA, pelos escassos objetivos atingidos no marco do programa de ajuda. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 247).

Verifica-se, com isso, um descontentamento por parte dos políticos norte-americanos com a reticência colombiana em se inserir em uma dinâmica modernizadora, conforme os objetivos formulados pela Aliança para o Progresso. Ironicamente, o temor que motivava a implementação dessa política externa estadunidense para a região, após os ventos da revolução cubana, concretizara-se em novos conflitos armados internos na Colômbia, em grande medida pela inflexibilidade e o forte caráter conservador do Estado em responder às novas demandas de uma sociedade em transformação.

Para Moreira, Quinteros e Silva (2010), um segundo aspecto de maior alcance e durabilidade da Aliança para o Progresso foram os programas de contrainsurgência, promovidos pelos EUA aos aliados que combatessem os movimentos guerrilheiros. A ajuda militar passava da defesa do hemisfério a abordagens nacionais vinculadas à segurança interna, com doutrinas de Segurança Nacional, majoritariamente, por regimes ditatoriais<sup>14</sup>. Verifica-se que a Colômbia se insere nesse contexto ao perseguir a manutenção de uma ordem interna almejada por suas elites, em um cenário de aprofundamento do conflito interpartidário e grupos sociais que representasse uma ameaça ou uma sublevação contra o Estado nacional.

Era perceptível que, nas primeiras décadas do pós-guerra, a Colômbia atravessa profundas transformações sociais que antagonizavam o antigo modelo tradicional de sua sociedade com uma dinâmica modernizadora atrelada a novas prerrogativas demandadas por

---

<sup>14</sup> Interessante observar a desconsideração dos valores democráticos, tão ufanamente defendidos pela política internacional norte-americana e na própria Aliança para o Progresso. Através da literatura histórica, percebe-se que os EUA não só aliaram-se a governos militares ditatoriais, como fomentaram golpes de Estado nos países latino-americanos que buscavam uma maior autonomia aos seus interesses. Para Smith (2000), a questão principal não era mais a luta entre a Ditadura contra a Democracia, e sim o Comunismo contra o Anticomunismo. “A central goal of U.S. policy was to foster and strengthen anticommunist regimes in Latin America. This often led to acquiescence in dictatorship”. (SMITH, 2000, p. 128).

grande parte de sua população, tanto nas cidades como no campo. O dilema que se apresentou para as classes dominantes foi encontrar formas de frear um processo de transição em curso (sejam no âmbito político, socioeconômico e religioso), para preservar, mais uma vez, o *status quo* necessário. (PALACIOS; SAFFORD, 2012).

Reformas econômicas e políticas que visassem uma crescente incorporação dessa sociedade em transformação a um ritmo revitalizado de desenvolvimento socioeconômico no país não foram atendidas pelas classes dominantes, não havendo, dessa forma, alternativas institucionais, como a representação partidária, para atender às demandas reais da majoritária parte da sociedade que não fossem as tradicionais elites oligárquicas e a burguesia interna alinhada a elas. As antigas elites oligárquicas e patrimonialistas da Colômbia, representados pelo Partido Conservador, sempre foram reticentes em compartilhar o poder com outros segmentos sociais emergentes ao longo da história do país. O recorrente antagonismo e a violência política exercida contra o Partido Liberal e vice-versa foi um indicador de reticência de um sistema político inexoravelmente excludente. (DONGHI, 1970; PALACIOS; SAFFORD, 2012; LAROSA; MEJÍA, 2014).

Segundo Halperin Donghi (1970), até a década de 1950, o Partido Liberal conseguira angariar um considerável apoio da classe operária e das populações camponesas, perpassando a sua tradicional base de apoio de segmentos urbano-liberais, viabilizando a incorporação das massas na luta contra os grupos conservadores. Todavia, mesmo nos governos dos Liberais, avançou-se timidamente nas reformas seculares, trabalhistas e de ensino. A resposta dos conservadores quando eles recuperaram o controle do Estado, por meio de todos os meios possíveis durante o governo autoritário de Laureano Gómez (1950-1951), fora a utilização da repressão e execuções contra grande parte da base de apoio dos liberais, especialmente os grupos camponeses. Esse cenário de turbulências conduzido por esse violento Estado oligárquico “com tendências liberais” contra a sua população, paralelo a sua histórica incapacidade de controle completo do seu território, permitiu o surgimento de formas de resistências pela via não institucional nas zonas rurais, como brigadas campesinas de autodefesa e guerrilheiros. (DONGHI, 1970).

A continuidade do conflito armado nos campos e nas selvas, com o envolvimento das FFAA e grupos paramilitares nos anos 1960 (gerando significativos deslocamentos populacionais de refugiados), acrescido da não implementação de uma reforma agrária e o próprio êxito da revolução cubana, encorajou muitas dessas organizações de resistência armada a aderir à luta armada para transformar a ordem social defendida a ferro e fogo pelo Estado colombiano.

As FARC, o ELN, o EPL e demais organizações guerrilheiras, dessa forma, surgem no embalo de um processo antigo de luta pela posse de terra no país e de violentas execuções e repressões no campo em períodos críticos, como *La Violencia* (1948-1958), fortalecendo-se essa resistência em um novo contexto de difusão de valores comunistas e da operacionalidade de táticas de insurgência, conforme já se empregava em alguns países latino-americanos durante as primeiras décadas da Guerra Fria. A alternativa política que o Estado colombiano passou a empreender para responder a esse desafio correspondeu, em grande medida ao aprofundamento da relação com os EUA pelas vantagens obtidas na Guerra da Coreia. (DONGHI, 1970; PALACIOS; SAFFORD, 2012).

Os EUA, dessa forma, consolidaram-se como um tradicional aliado colombiano e foram essenciais para garantir o suporte necessário no enfrentamento do conflito interno com o passar dos anos. “*Para el período 1949-74, Colombia fue el segundo mayor receptor de asistencia norteamericana. La cifra fue de US\$ 971,7 millones, la cual representaba el 16,9% de la ayuda total norteamericana para la región. Sólo la superó Brasil con US\$ 1-453,1 millones*”. (PARDO; TOKATLIAN, 1989)<sup>15</sup>. De acordo com Santos (2010), as FFAA colombianas foram enquadradas na Doutrina de Segurança Nacional norte-americana, passando Washington a fornecer apoio financeiro, militar, técnico e logístico aos militares colombianos na luta contra grupos insurgentes internos (além dos recursos da AP) e a expansão das corporações estadunidenses. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, contudo, a emergência de novos atores sociais no cenário colombiano e novas prerrogativas externas dos EUA incidiu nessa relação sem alterar, substancialmente, a sua fisionomia.

## 2.9 UMA AUTONOMIA POSSÍVEL: EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE BOGOTÁ E WASHINGTON NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

A Colômbia, ao consolidar-se como o maior aliado sul-americano dos EUA, passa, nas décadas de 1970 e 1980, a buscar margens de manobra para uma inserção internacional mais assertiva e alternativa à grande potência do Norte. Sem abandonar a primazia que os EUA representavam para a sua política internacional, o país andino iniciou um movimento de aproximação com países menores, tanto os vizinhos caribenhos e da América do Sul quanto de demais continentes, somado a interlocução diplomática em espaços de atuação multilateral como organismos internacionais e blocos de concertação regional. Observa-se que a Doutrina

---

<sup>15</sup> Tradução: Para o período de 1949-74, a Colômbia foi o segundo maior receptor de assistência norte-americana. A cifra foi de 971,7 milhões de dólares, na qual representava 16,9% da ajuda total norte-americana para a região. Somente superou o Brasil com 1.453,1 milhões. (PARDO; TOKATLIAN, 1989).

*Respice Similia* fora empregada em algumas agendas de políticas externas da Colômbia, como o apoio sistemático ao Panamá na assinatura do tratado de Carter-Torrijos, ao objetivar um maior controle sobre o canal transoceânico; o reatamento das relações diplomáticas com Cuba em 1975; a presença ativa da diplomacia colombiana no Grupo de Contadora em 1983; a entrada do país no Movimento dos Países Não-Alinhados e na Associação dos Estados do Caribe (AEC), paralelo a todo um processo pragmático de expansão das relações externas com a diminuição gradativa das prerrogativas ideológicas da Guerra Fria. (SANTOS, 2010).

De acordo com Pardo e Tokatilan (1989), a Colômbia passou a exercer uma maior autonomia aos EUA em determinados temas, calcado em um jogo de interesses e objetivos muitas vezes conflitantes. Segundo os autores, esse comportamento mais autônomo segue um movimento dialético de avanços e recuos, variando em momentos históricos, conjunturais e períodos de fartos/escassos recursos disponíveis. Contudo, essa noção de autonomia *não* deve ser compreendida como um fenômeno estático e, sim, como um movimento flexível e passível a uma série de variáveis que podem tanto estimulá-lo quanto constrangê-la. Ao se contextualizar as relações colombo-estadunidenses, podemos observar um caráter de autonomia quase que estritamente político, especificamente a partir da década de 1970, sem comprometer os elementos de dependência estrutural subjacente a essa relação, conforme anteriormente apresentado.

Porém, Santos (2010) adverte que a Colômbia, em diversos momentos, esbarrou nos limites e dificuldades da diplomacia desse frágil país com o poder dos EUA e os organismos financeiros internacionais como a imposição de constrangimentos econômicos. Para Pardo e Tokatlian (1989), essas relações corresponderam a constrangimentos/incentivos por parte de Washington e posições de autonomia política e/ou reticência ao alinhamento de Bogotá para com o primeiro. Isto é, o processo de condução dessas relações seguiu um movimento cíclico que intercalou um alinhamento político e períodos de relativo distanciamento entre os países. Os autores, contudo, destacam que as relações econômicas entre a Colômbia e os EUA não variaram – a despeito da redução relativa das relações bilaterais, em um cenário marcado pelo favorável crescimento econômico interno e um incremento nas exportações colombianas.

## 2.10 RAÍZES ATUAIS DAS RELAÇÕES COLOMBO-ESTADUNIDENSES: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO E À GUERRILHA

A década de 1970, e em maior medida os anos 1980, também constituíram um período de reformulação de prerrogativas para a condução das relações colombo-estadunidenses paralelo ao cenário internacional de diminuição do combate aos comunistas. Isto é, inicia-se o

período da “narcotização” das agendas externas dos dois países, em decorrência do *boom* da produção de cocaína colombiana com sua interconexão com o mercado consumidor estadunidense. (CRANDALL, 2008; ROJAS, 2009). Michelle Gallera Dias (2016) apresenta algumas condicionalidades que viabilizaram essa produção na Colômbia, destacando que economia de drogas ilícitas se associa a violência, ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, etc. em um terreno fértil de áreas marginalizadas e crescente delinquência, paralelo a sistemas educacionais e de saúde deficientes, em países com poucas condições de emprego.

Para os EUA, a produção, comercialização e o consumo de drogas provenientes dos países andinos – em especial, a Colômbia – representavam sérias ameaças a sua Segurança Nacional. Políticas de combate a essas redes narcoproductoras; dessa forma, passavam gradativamente a serem implementadas por Washington, ao galvanizar o alinhamento dos países latino-americanos nessa nova empreitada. (SMITH, 2000, p. 293).

Observa-se que o combate ao narcotráfico (ou Guerra às Drogas) é incorporado na agenda de política externa dos EUA ao incidir no conjunto dos países latino-americanos, desde o período áureo da Guerra Fria com a operacionalização das Doutrinas de Segurança Nacional. Ao acrescentar as redes de narcotráfico ao *hall* das ameaças internacionais durante esse período, foi possível justificar um novo vetor de militarização da América Latina sob a tutela norte-americana. A Colômbia, dessa forma, reinseria-se em maior medida na órbita de influência dos EUA, ao longo dos anos 1980, por ser o país produtor de aproximadamente, 90% da cocaína mundial, representando, assim, o marco zero na política norte-americana de Guerra às Drogas. (CRANDALL, 2008).

Diana Rojas (2009) estabelece a ligação dos complexos e violentos conflitos civis que continuavam a ser enfrentados pela Colômbia nas últimas décadas, simultaneamente à dinâmica econômica interna de produção de grandes cultivos de cocaína que os EUA tão vigorosamente passavam a combater. Para a autora, o domínio da economia do narcotráfico evolui para setores da elite latifundiária por meio do paramilitarismo, das guerrilhas e uma disputa constante pelo controle territorial, em um processo de consolidação de zonas que puderam desenvolver atividades próprias para a economia do narcotráfico (cultivo, laboratórios, rotas de exportação), assim como pela ação do poder local que evitava, por meio de cooptação ou ameaças, possíveis intervenções do Estado central nos diferentes territórios.

O narcotráfico, ramificado no complexo e instável tecido social colombiano, torna-se, dessa forma, o maior problema para as relações políticas entre os EUA e a Colômbia, em um período na qual o segundo ator buscava maiores espaços de atuação internacional. A reação de Bogotá para com Washington nessa fase inicial variou entre a colaboração, reticência e, em

diversas situações, resistências às pressões antinarcostráficas dos EUA. O Estado colombiano também sofria coações internas mediante as políticas que implementava, seja a promoção ou não da extradição de traficantes para os EUA. Assim, nesse contexto inicial, é perceptível a resistência colombiana às políticas de Guerra às Drogas ao identificar o narcotráfico como um problema internacional e não um aspecto inerente ao país, como durante o Governo Barco (1986-1990), somado a resposta alternativa envolvendo esforços de concertação multilateral, contrapondo-se a resposta militarista colocada na mesa pelos EUA. (TICKNER, 2012).

Para Peter Smith (2000) e Arlene Tickner (2012), os EUA não se privaram de utilizar instrumentos punitivos e dissuasórios para constranger essa baixa adesão colombiana, seja por meio da desertificação, seja até a dissuasão, a fim de tencionar o país sul-americano a um alinhamento político. O primeiro caso referia-se a um processo anual levado a cabo pelo Congresso norte-americano que poderia não certificar os países que não cooperassem na estratégia antidrogas, conduzindo, desse modo, a suspensão da assistência econômica por parte dos EUA, atrelado a oposição do *hegemon* na liderança das organizações multilaterais. O segundo instrumento, calcado na dissuasão, fora empregado no final do ano 1990 quando os EUA deslocaram um porta-avião de guerra para a costa colombiana a fim de interceptar carregamentos de drogas e, indiretamente, pressionar a Administração Barco a recuar em alguns de seus posicionamentos políticos e se comprometer com a agenda estadunidense.

## 2.11 O REORDENAMENTO SISTÊMICO NO PÓS-GUERRA FRIA À *PAX AMERICANA*

No final desse período, a ordem internacional atravessou uma transição sistêmica, reformulando os antigos pilares da Guerra Fria. Isto é, por intermédio da abertura do bloco socialista ao perpassar a própria dissolução da União Soviética, ocorrera um processo de reformulação da dinâmica das relações internacionais desde o final da Segunda Guerra Mundial, pois, invariavelmente, implicava no desaparecimento no único contrapeso à liderança hegemônica dos EUA – não somente no plano global, como nas mais distintas esferas regionais. (HOBSBAWM, 2013; HALLIDAY, 2007).

A derrocada do socialismo, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, representou um movimento de universalização do modelo ocidental, cujo líder eram os EUA. “A partir dessa realidade e da posição de poder assumida pelos Estados Unidos, algumas hipóteses apontavam o encerramento da Guerra Fria como a época do nascimento de uma nova *pax americana*, com ênfase na consolidação do momento unipolar” (PECEQUILO, 2012, p. 250).

Apesar de algumas fragilidades econômicas que ameaçavam a continuidade sustentável do projeto hegemônico estadunidense no final da Guerra Fria, os EUA, ao longo



dos anos 1990, irrefutavelmente desfrutavam de um período *sui generis*, assentado na recondução de uma ordem bipolar para uma ordem unipolar, na qual tornava-se a única superpotência do sistema internacional. Oportunidades e dilemas, dessa forma, faziam parte desse cenário de reordenamento político da ordem mundial sobre a sua liderança, paralela às prerrogativas de seus aliados regionais. A ordem internacional pós-Guerra Fria, com isso, potencializou o poder internacional dos EUA.

## 2.12 DA RELUTÂNCIA À ACEITAÇÃO DE BOGOTÁ EM SUA INCORPORAÇÃO NA GUERRA ÀS DROGAS

Até meados dessa década de 1990, observou-se a deterioração das relações bilaterais entre Washington e Bogotá, em um contexto de caracterização do país andino como uma “narcodemocracia”, em decorrência das ligações do Governo Samper com os carteis colombianos. Como exemplo dessa deterioração, houve a proibição do ingresso de funcionários do governo colombiano em território norte-americano e as consecutivas não-certificações da Colômbia devido aos fracos resultados demonstrados no combate ao narcotráfico, amargurando as mais variadas sanções econômicas e oposições internacionais. (VILLA; OSTOS, 2005). De acordo com Marcelo Santos (2010), apesar das ressalvas iniciais dos governos Betancout (1982-1986), Barco (1986-1990) e Gaviria (1990-1994) em assumir integralmente as definições, diagnósticos e estratégias estadunidenses acerca do combate às drogas, aos poucos, a Colômbia passou a sucumbir à visão dos EUA.

[...] primeiro, as imensas dificuldades do debilitado Estado colombiano para deter o crescente poder do narcotráfico no país, inicialmente o dos cartéis de Cali e de Medellín, e depois o dos inúmeros “micro cartéis” regionais; segundo, os tremendos recursos econômicos gerados pelo narcotráfico, que, além de contribuírem para exacerbar os históricos índices de violência e de corrupção, também incrementaram o poderio dos paramilitares de direita e das guerrilhas de esquerda, fazendo que o conflito interno armado assumisse dimensões trágicas e gigantescas em número de mortos, feridos, desaparecidos, sequestros, massacres e refugiados; terceiro, as intensas pressões, ameaças e sanções dos EUA [...]; quarto, a percepção de determinados grupos sociais, econômicos e políticos colombianos de que a internacionalização da política antidrogas, nos moldes dos EUA, poderia ser vantajosa para a realização dos seus objetivos internos; quinto, a percepção de vários setores da sociedade de que o debilitado Estado colombiano não possuía capacidade para derrotar os grupos armados ilegais, necessitando de ajuda externa para enfrentar o conflito armado interno. (SANTOS, 2010, p. 71-72).

É perceptível que todos os elementos apresentados constituíram pressões de múltiplas vertentes, tanto endógenas quanto exógenas, para a incorporação de fato da Colômbia na Guerra às Drogas, paralelo à continuidade do desdobramento do seu histórico conflito interno. O Estado colombiano, conforme visualizado, careceu de instituições coercitivas eficazes que se sobrepujassem as tradicionais redes de poderes locais ao longo de todo o seu processo

histórico, dramatizado pela luta insurgente na década de 1960 sobre o colchão das profundas desigualdades sociais internas, incorporando-se, mais recentemente, novos atores sociais que tornaram essa dinâmica acentuadamente mais complexa.

A percepção, pelos grupos dirigentes colombianos, dos efeitos de instabilidade política e social oriundos desse cenário e as respostas que se faziam necessárias, assim, foram ao encontro da estratégia formulada pelos EUA. *Possíveis* vantagens para a consecução de objetivos internos, assim, reconduziu a política externa de Bogotá na antiga lógica de subordinação consciente à potência do Norte, em um cálculo pragmático de instrumentalidade da relação tradicional com o aliado estadunidense.

### 2.13 CONDICIONANTES PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO COLOMBO-ESTADUNIDENSE

Diana M. Rojas (2009) talvez seja uma das pesquisadoras que melhor descreve o quadro de instabilidade interna da Colômbia dos anos 1990, atrelado ao diagnóstico norte-americano aos efeitos deletérios da convulsão do país andino para a sua órbita de influência. Segundo a autora:

En esta transformación de la economía legal y la alteración del balance de las fuerzas sociales em torno al ejercicio del poder, la disputa por el control territorial hizo que los actores armados implementaran estrategias de guerra que afectaban fundamentalmente la población civil a través del desplazamiento forzado, las masacres, los asesinatos selectivos, el secuestro y los atentados terroristas. Com ello se generó una crisis humanitaria de grandes proporciones que encendió las alarmas internacionales. (ROJAS, 2009, p. 114).

Además, en el diagnóstico norteamericano, el Estado colombiano aparece como um “estado em riesgo de colapsar”, tanto por la falta de control sobre el territorio nacional, la incapacidad de brindar seguridad y garantizar la presencia de la fuerza pública em todos los municipios del país y los niveles alarmantes de impunidad, como la corrupción rampante de una clase política que entró em contubernio con los carteles de la droga. Con el narcotráfico em plena expansión, el aumento y fortalecimiento de los grupos armados ilegales, una clase dirigente corrupta y una crisis humanitaria em ciernes, em Washington, Colombia aparecia como uma bomba de tempo que podría estallar em cualquier momento con consecuencias imprevisibles. (ROJAS, 2009, p. 116)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Tradução: Essa transformação da economia legal e a alteração do balanço das forças sociais em torno do exercício do poder, a disputa pelo controle territorial fez com que os atores armados implementassem estratégias de guerra que afetavam fundamentalmente a população civil através dos deslocamentos forçados, massacres, assassinatos seletivos, sequestros e atentados terroristas. Com isso, se gerou uma crise humanitária de grandes proporções que ascendeu os alarmes internacionais (ROJAS, 2009, p. 114).

Além disso, no diagnóstico norte-americano, o Estado colombiano aparecia como um “estado em risco de colapsar”, tanto por falta de controle sobre o território nacional, pela incapacidade de brindar segurança e garantir a presença das forças públicas em todos os municípios do país e os níveis alarmantes de impunidade, como a corrupção de uma classe política em conluio com os cartéis de drogas. Com o narcotráfico em plena expansão, o aumento e fortalecimento de grupos armados ilegais, uma classe dirigente corrupta e uma crise humanitária em ascensão, para Washington, a Colômbia parecia uma bomba relógio que poderia explodir em qualquer momento com consequências imprevisíveis. (ROJAS, 2009, p. 116).

A aglutinação dos conflitos sociais colombianos com a consolidação das redes de narcotráfico nas esferas institucionais do país demonstrava, dessa forma, a incapacidade de Bogotá em garantir uma estabilidade interna necessária, mesmo que aderisse à estratégia de combate ao narcotráfico. Os EUA percebiam a inexistência dessas condições para a Colômbia reverter esse cenário, havendo a necessidade de encontrar novas formas de cooperação, a fim de evitar o agravamento dessa crise humanitária interna e suas prováveis consequências. Também existia no horizonte a preocupante possibilidade de um efeito *spill over* que desestabilizasse a região e, para os EUA, comprometesse a segurança dessa parte da América do Sul sobre o seu “guarda-chuva” hegemônico. (RAMÍREZ, 2009). Uma intervenção externa, dessa forma, tornava-se desejada inclusive por vários setores da sociedade colombiana ao longo dos anos 1990, inexistindo dúvidas de qual país poderia fornecer o melhor apoio.

O Governo Pastrana (1998-2002) formula, com isso, uma estratégia de internacionalização do combate às drogas ao recorrer a uma intervenção internacional, para recuperar o poder do Estado colombiano contra a poderosa rede narcoprodutora nacional e grupos beligerantes antagônicos, como as FARC. Os EUA, desse modo, eram vislumbrados pela Colômbia como um parceiro primordial nessa empreitada. Arlene Tickner (2007) cunha o termo “intervenção por convite” para descrever esse período de aceitação da primazia política, econômica e militar dos EUA, com a alienação de qualquer traço de autonomia colombiano no seu combate interno. O *Plan Colombia*, dessa forma, cristalizou-se como uma resposta a pressão exercida por Bogotá, fortalecendo-se e inovando o panorama das relações colombo-estadunidense.

In July 2000, US President, Bill Clinton, signed into law the aid package popularly known as ‘Plan Colombia’, the US government’s contribution to a Colombian counternarcotics and development plan. The policy would commit approximately \$1.6 billion dollars in US financial and military assistance to the Colombian government (with a small part for its Andean neighbors) to primarily strengthen Colombia’s military capabilities and effectiveness against a guerrilla insurgency. (AVILÉS, 2008, p. 410)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup>Tradução: Em julho de 2000, o Presidente norte-americano Bill Clinton, assinou um pacote de ajuda popularmente conhecido como o “Plano Colômbia”, a contribuição do governo estadunidense para o plano colombiano de desenvolvimento antinarcótico. O documento se comprometia com um financiamento de aproximadamente 1,6 bilhão de dólares na assistência financeira e militar dos EUA para o governo colombiano (com uma parte inferior para os vizinhos andinos) primariamente fortalecer as capacidades militares e efetivas da Colômbia contra as guerrilhas insurgentes. (AVILÉS, 2008, p. 410). Inicialmente o valor estipulado de auxílio à Colômbia era de 1,6 bilhão de dólar, durante seis anos, visando a redução da produção de cocaína. Porém, entre o período de 2000 e 2012, os EUA gastaram mais de oito bilhões de dólares com o Plano Colômbia e iniciativas relativas. (BUREAU OF WESTERN HEMISPHERE AFFAIRS, 2012).

Avilés (2008) assinala, com isso, os objetivos do Plano Colômbia no fortalecimento da estrutura militar colombiana, impedindo não somente a continuidade das instabilidades institucionais do Estado frente aos conflitos sociais enfrentados, como a retomada de uma ofensiva de Bogotá contra os grupos insurgentes, recuperando, dessa forma, posições estratégicas de seu território. Verificava-se que a guerra às drogas dos EUA tornou-se inseparável dos esforços de contrainsurgência por parte da Colômbia (TICKNER, 2003), em um enfoque quase que essencialmente militarista.

O Plano Colômbia possuía uma proposta de 7,5 bilhões de dólares que apresentava três componentes: primeiro, a aproximação do Estado colombiano com as populações afetadas pela violência, por meio de investimentos sociais e substituição de plantios de coca; segundo, assistência técnica, militar e financeira dos EUA, no montante de 1,3 bilhão de dólares, para o combate ao narcotráfico. Desses recursos, cerca de 55% foram dirigidos às FFAA e 27%, para a polícia, enquanto que os projetos de desenvolvimento alternativo obtiveram somente 9% dos recursos, assistência a deslocados, 3%, reforma judicial, 2%, proteção de direitos humanos, 1%, e recursos para a paz, menos de 1%. (VILLA; OSTOS, 2005, p. 9). As relações colombo-estadunidenses, dessa forma, tomam uma nova condução, no final dos anos 1990, com essa iniciativa.

**PARTE II – ARTIGO**

### 3 FORTALECIMENTO E REINserÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA NA AMÉRICA DO SUL

Gabriel Graziottin

Este trabalho analisa o processo de reinserção securitária da Colômbia na região sul-americana, por meio da cooperação militar entre Bogotá e Washington, após a implementação do Plano Colômbia, em 2000, contra a guerrilha e o narcotráfico. A cooperação militar com Washington correspondeu a uma estratégia utilitarista desenhada por Bogotá visando o fortalecimento de suas capacidades militares para enfrentar as guerrilhas, sobretudo as FARC. O resultado concreto desse processo foi a transformação desse amplo e revitalizado aparato militar em uma das melhores forças armadas da América do Sul, transcendendo sua missão de luta contrainsurgente. Esse estudo não identificou nenhuma reação político-militar do Brasil, Equador e Venezuela que, efetivamente, comprometesse o movimento de reinserção securitária da Colômbia no subcontinente.

**Palavras-chave:** Colômbia. Estados Unidos da América. Cooperação Militar. Plano Colômbia. Reinserção Securitária.

#### 3.1 BENEFÍCIOS DA COOPERAÇÃO COM OS EUA: CRESCIMENTO DO APARATO SECURITÁRIO COLOMBIANO

A criação e a implementação do Plano Colômbia, no início dos anos 2000, voltado para enfrentar as instabilidades internas da Colômbia e as adversidades advindas da insurgência guerrilheira e da economia do narcotráfico (grupos paramilitares, narcotraficantes, grupos insurgentes, etc.), priorizou a destinação de recursos humanos, econômicos e militares norte-americanos para instrumentos de combate militar. Esse auxílio permitiu que o Estado colombiano recuperasse posições essenciais na então desfavorável guerra contrainsurgente, especialmente com as FARC, e no combate aos narcotraficantes. (TICKNER, 2003; ROJAS, 2008; SANTOS, 2010; ARTURI; CARREÑO, 2015).

Ao longo dos anos 2000, especificamente entre 2001 e 2008, os EUA destinaram US\$ 5.525 milhões (cinco e meio bilhões de dólares) para a assistência militar com a Colômbia, convertendo-a no terceiro maior receptor desse apoio militar do mundo – posicionando o país andino unicamente atrás de Israel e Egito. Ao todo, 72.000 militares e policiais da Colômbia foram treinados pelo pessoal norte-americano. Nos primeiros anos desse período, havia em território colombiano 1.400 militares e mercenários norte-

americanos, paralelamente à expansão substancial do pessoal administrativo, militar e de espionagem da Embaixada dos Estados Unidos, que era a quinta maior do mundo. (OTERO, 2010 apud VEGA, 2012).

O crescimento e a modernização do aparato militar colombiano na década anterior, também contaram com o impulso do governo de Álvaro Uribe (2002-2010), para além do suporte estadunidense, que equiparou o desenvolvimento e a governabilidade do Estado colombiano com uma eficaz implementação de um conjunto de políticas de segurança que visaram o fortalecimento das Forças Públicas e das FFAA do país, vide a Política de Defesa e Segurança Democrática de 2003.

De acordo com David Spencer:

Ninguno de los objetivos propuestos podría ser logrado sin el fortalecimiento de la Fuerza Pública y por ello la importancia del cuarto objetivo planteado de “Construir y Mantener una Capacidad Disuasiva Creíble” dotando a las Fuerzas Militares y a la Policía Nacional de las capacidades necesarias para hacer su trabajo con eficacia. Mientras los gobiernos anteriores habían limitado los recursos destinados a las Fuerzas Armadas y habían planteado una aproximación minimalista de fondos asignando recursos que sólo permitían mantener el status quo, el gobierno Uribe planteaba una aproximación maximalista diseñando un ambicioso programa de renovación de equipos y fortalecimiento institucional que no sólo permitía a las Fuerzas Militares y de Policía hacer su trabajo, sino bien y hasta el final recobrando para el Estado el monopolio de la fuerza y la presencia permanente de ésta en todo el territorio nacional, evitando con ello el surgimiento de amenazas futuras fruto de las experiencias del pasado de haber dejado regiones sin presencia de la autoridad como territorio ideal para ser llenado por bandidos. (SPENCER, 2011, p. 79-80)<sup>18</sup>.

Observa-se, por meio do autor, o caráter maximalista adotado por Uribe ao impulsionar um conjunto de investimentos para a renovação do aparato institucional, das Forças Militares e da Polícia colombiana em um movimento de recuperação do monopólio do uso da força sobre o território nacional, diminuindo (mas sem eliminar por completo) a histórica ausência do Estado nas diferentes regiões do país. Segundo Carreño (2014), esse movimento de incremento dos recursos estatais e de setores privados para a expansão das unidades de defesa e segurança já havia iniciado no governo anterior, de Andrés Pastrana (1998-2002), na qual os recursos investidos elevaram-se das escassas cifras de 367.139

---

<sup>18</sup> Tradução: Nenhum dos objetivos propostos poderia ser logrado sem o fortalecimento da Força Pública e a importância do quarto objetivo traçado de “Construir e Manter uma capacidade dissuasiva credível” dotando as Forças Militares e a Polícia Nacional de capacidades necessárias para desempenhar o seu trabalho com eficácia. Apesar dos governos anteriores terem limitado os recursos destinados às Forças Armadas e terem tentado colocar uma porção minimalista de recursos que só permitiam manter o status quo, o governo Uribe adotava uma aproximação maximalista desenhando um ambicioso programa de renovação de equipes e fortalecimento institucional que não somente permitia as Forças Armadas e a Polícia fazerem o seu trabalho, como também, no final, recobrar para o Estado o monopólio do uso da força e a presença permanente desse em todo o território nacional, evitando com isso o surgimento de ameaças futuras frutos de experiência do passado ao ter deixado regiões sem a presença de uma autoridade em um território ideal para ser tomado por bandidos. (SPENCER, 2011, p. 79-80).

milhões de pesos, em 1990, para 4.437.311 milhões, em 1999. Percebe-se, com isso, que a diferença desse incremento dos investimentos securitários para os mandatos de Uribe foi a intensificação do conjunto de investimentos destinados ao fortalecimento e à expansão do aparato securitário colombiano sob as favoráveis ondas da cooperação militar estadunidense.

**Tabela 1: Assistência dos EUA no Plano Colômbia e o objetivo do estágio de consolidação do Plano Colômbia - Recursos de 2000 a 2008 (tradução nossa)<sup>19</sup>**

Dollars in millions										
Program objective/fiscal year	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Est.)	Total
Reduce Illicit Narcotics and Improve Security	\$817.8	\$232.8	\$395.9	\$607.9	\$617.7	\$585.6	\$587.3	\$591.1	\$423.4	\$4,859.5
Promote Social and Economic Justice	80.0	0.5	109.9	125.7	126.5	124.7	130.4	139.7	194.4	\$1,031.8
Promote Rule of Law	121.1	0.9	15.8	27.0	9.0	7.3	10.5	7.8	39.4	\$238.7
<b>Total</b>	<b>\$1,018.9</b>	<b>\$234.2</b>	<b>\$521.6</b>	<b>\$760.6</b>	<b>\$753.2</b>	<b>\$717.6</b>	<b>\$728.2</b>	<b>\$738.6</b>	<b>\$657.2</b>	<b>\$6,130.0</b>

Fonte: State and Defense. Extraído de GAO Report to the Honorable Joseph R. Biden, Jr., Chairman, Committee on Foreign Relations, U.S. Senate. October, 2008.

**Tabela 2: Assistência dos EUA direcionada para os militares colombianos e a Polícia Nacional - Recursos de 2000 a 2008 (tradução nossa)<sup>20</sup>**

Dollars in millions										
Service/fiscal year	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Est.)	Total*
<b>Colombian Military</b>	<b>\$683.5</b>	<b>\$192.8</b>	<b>\$257.1</b>	<b>\$443.4</b>	<b>\$445.5</b>	<b>\$394.7</b>	<b>\$382.8</b>	<b>\$373.5</b>	<b>\$268.4</b>	<b>\$3,441.7</b>
Army Aviation	"	"	78.0	140.8	155.2	127.5	143.2	129.6	69.7	\$844.1
Army Ground Forces	"	"	9.7	6.3	18.1	13.4	22.2	17.7	16.4	\$103.7
Infrastructure Security	"	"	6.0	93.0	4.0	4.0	4.0	4.0	0.0	\$115.0
Air Interdiction <sup>b</sup>	No program	No program	14.0	8.0	7.1	0.0	4.6	18.8	10.0	\$62.5
Coastal and River Interdiction	"	"	0.0	0.0	26.2	11.8	19.1	19.2	13.0	\$89.3
Other <sup>c</sup>	134.9	190.9	149.4	195.4	234.8	238.1	189.7	184.4	159.2	\$1,676.8
Not allocated <sup>d</sup>	548.6	1.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	550.5
<b>Colombian National Police</b>	<b>\$134.3</b>	<b>\$40.0</b>	<b>\$138.8</b>	<b>\$164.5</b>	<b>\$172.2</b>	<b>\$190.9</b>	<b>\$204.5</b>	<b>\$217.6</b>	<b>\$155.0</b>	<b>\$1,417.8</b>
Eradication	"	"	37.4	63.7	44.2	82.5	81.7	82.0	66.5	\$457.9
Air Service	"	"	67.5	62.3	71.2	70.0	70.5	69.0	52.5	\$463.0
Interdiction	"	"	24.3	21.0	41.0	16.9	16.5	16.5	16.5	\$152.7
Police Presence in Conflict Zones	No program	No program	4.8	15.5	13.8	20.1	19.4	18.7	0.0	\$92.1
Other <sup>e</sup>	18.7	0.0	4.9	2.0	2.0	1.4	16.4	31.5	19.5	\$96.4
Not allocated <sup>d</sup>	115.6	40.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	\$155.6
<b>Total</b>	<b>\$817.8</b>	<b>\$232.8</b>	<b>\$395.9</b>	<b>\$607.9</b>	<b>\$617.7</b>	<b>\$585.6</b>	<b>\$587.3</b>	<b>\$591.1</b>	<b>\$423.4</b>	<b>\$4,859.5</b>

Fonte: State and Defense. Extraído de GAO Report to the Honorable Joseph R. Biden, Jr., Chairman, Committee on Foreign Relations, U.S. Senate. October, 2008.

As Tabelas 1 e 2 elucidam, detalhadamente, os recursos norte-americanos empregados no Plano Colômbia até a fase de sua consolidação (PCCP), perpassando os oito primeiros anos da mais recente cooperação militar entre Washington e Bogotá. São perceptíveis, por

<sup>19</sup> U.S. Assistance under Plan Colombia and the PCCP by Program Objective – Fiscal year Appropriations 2000 through 2008.

<sup>20</sup> U.S. Assistance Provided to the Colombian Military and National Police, Fiscal Year Appropriations 2000 through 2008.



meio das cifras, os setores que os EUA priorizaram nesse pacote de auxílio ao aliado sul-americano, evidenciando a própria abordagem militarista empregada no combate ao narcotráfico e à luta contrainsurgente, pelo revigoramento do aparato securitário da Colômbia, em comparação com o conjunto de recursos destinados a outras políticas.

A Tabela 2 auxilia a compreender, com maior precisão, os diferentes setores das FFAA e da Polícia Nacional da Colômbia que tiveram os recursos norte-americanos alocados ao longo dos anos, destacando-se o montante aproximado de 3 bilhões e 441 milhões de dólares para o setor militar e, aproximadamente, 1 bilhão e 417 milhões para a Polícia Nacional da Colômbia, atrelados a todas as ações de erradicação e redução da produção de narcóticos. Também, é perceptível, nessa tabela, a robustez dos recursos à Força Aérea sobre os demais braços das Forças Armadas.

De acordo com o Relatório de 2006, enviado ao Congresso Americano sobre os Programas de Assistência dos EUA e os Planos de Transferência de Responsabilidades para a Colômbia, a assistência estadunidense voltada contra o narcotráfico e contraterrorismo incidiram em áreas de mobilidade, inteligência, logística, suporte e treinamento<sup>21</sup>. Os trechos dos relatórios norte-americanos abaixo elucidam melhor as particularidades desse suporte.

The United States expects to provide operational support (training, supplies, repair parts, maintenance and infrastructure enhancements) and specialized items (weapons, night vision goggles and communications equipment, etc.) to the Colombian army and continue support for the battlefield medical evacuation program and the army's specialized and mobile units. The USG [United State Government] also provides assistance (at lower levels) to the army's regular brigades and other units. FMF supports the Colombian navy and air force, including the provision of interdiction boats, training and infrastructure improvements, maintenance and operational support. FMF funds assist naval interdiction programs by providing secure communications equipment, spare parts, and assistance to sustain an operations center. Riverine forces benefit from spare parts and other logistical support. (DEPARTMENT OF STATE, 2006, p. 9-10).

State and Defense provided nearly \$4.9 billion from fiscal years 2000 to 2008 to the Colombian military and police to support Plan Colombia's counternarcotics and security objectives [...] U.S. assistance to the Colombian military has focused on developing the capabilities of the Colombian Army's Aviation Brigade and the creation of an Army Counternarcotics Brigade and mobile units that focus on counternarcotics, infrastructure protection, and counterinsurgency missions. State and Defense also provided extensive support for the Air Force's Air Bridge Denial Program; and Navy and Marine interdiction efforts. U.S. support for the National Police has focused on its Aerial Eradication Program and Air Service. Other U.S. assistance supported the creation of mobile squadrons of rural police (referred to as 'Carabineros1), which have helped establish (1) a police presence in 169 Colombian municipalities that had no police presence in 2002, and (2) specialized interdiction

---

<sup>21</sup> Os programas estadunidenses aos quais se destinaram esses recursos foram a Andean Counterdrug Initiative (ACI), Foreign Military Financing (FMF), Non-Proliferation, Anti-terrorism, Demining and Related Activities (NADR), International Military Education and Training (IMET), Department of Defense Counternarcotics Funding e outros veículos orçamentários destinados pela preparação do orçamento anual enviado para o Congresso pelo Presidente.

programs that attack cocaine labs and narcotrafficking in the ports. (GAO Report to the Honorable Joseph R. Biden, Jr., Chairman, Committee on Foreign Relations, U.S. Senate. October, 2008, p. 27-28)<sup>22</sup>.

Observa-se, por meio desses informes, a aplicabilidade dos vultosos recursos do Plano Colômbia, assim como os variados programas norte-americanos voltados para a agenda de combate ao “narcoterrorismo”, frutificando-se em um ambicioso processo de reestruturação de praticamente todo o aparato securitário e policial de um país que, até então, corria o risco de colapsar-se no seu conflito insurgente interno. Esses relatórios, dessa forma, demonstram uma ampla rede de suporte operacional, incluindo armamentos, equipamentos de comunicação, especialização de unidades móveis de batalhões e aprimoramento logístico em uma ampla infraestrutura de suporte aos programas de contrainsurgência e antinarcóticos.

De acordo com David Spancer (2011), os EUA conseguiram atuar, ao longo da *Fuerza de Tarea Conjunta* (FTC), nos vazios no treinamento, equipamento e organização da inteligência das FFAA colombianas no que tange a sinergia das inteligências de comunicação e integração de diferentes operações simultâneas. Visando remediar muitas carências, incentivou-se um programa de inteligência que incluíssem o fortalecimento e integração de uma rede de comunicações estratégicas de Inteligências de vigilância e contrainsurgência. Os demais programas também contaram com helicópteros vendidos ou doados, reposição e manutenção das equipes de atuação conjunta, pela ajuda norte-americana, e a própria utilização de fundos concedidos para a contratação de aeronaves particulares e compra de armamentos norte-americanos<sup>23</sup>.

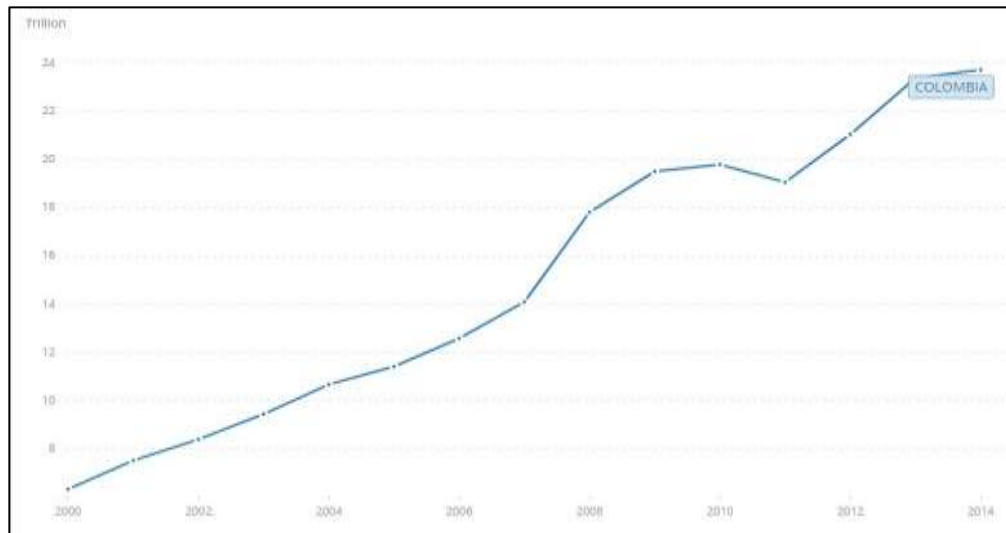
---

<sup>22</sup> Tradução: Os Estados Unidos esperam providenciar apoio operacional (treinamento, suplementos, reparo de partes, manutenção e melhorias infraestruturais) e itens especializados (armas, óculos de visão noturna e equipamentos de comunicação, etc.) para o Exército colombiano e suporte contínuo para o programa de evacuação médica do campo de batalha e para as unidades móveis e especializadas do Exército. O GEUA (Governo dos Estados Unidos) também providencia assistência (a um nível inferior) para as brigadas regulares e outras unidades. FMF apoia a Marinha colombiana e a Força Aérea, incluindo a provisão de barcos de interdição, treinamento e melhorias de infraestrutura, manutenção e suporte operacional. Os fundos do FMF auxiliam nos programas de interdição naval ao providenciar equipamentos seguros de comunicação, peças de reposição e assistência para sustentar o centro de operações. As forças fluviais beneficiam-se das partes extras e de outros suportes logísticos. (Departamento de Estado, 2006, p. 9-10). Estado e a Defesa providenciaram aproximadamente 4,9 bilhões de dólares entre 2000 e 2008 para os militares e a polícia colombiana no auxílio aos objetivos antinarcóticos e securitários do Plano Colômbia [...] A assistência dos EUA para os militares colombianos tem se focado em desenvolver as capacidades da Força Aérea colombiana e na criação de uma brigada antinarcótica com unidades móveis que objetivem a interdição, proteção da infraestrutura e missões de contrainsurgência. O apoio dos EUA para a Polícia Nacional tem se focado no programa de interdição aéreo e serviço aéreo. Outras assistências dos EUA apoiam a criação de esquadrões móveis da polícia rural (conhecidos como “Carabineros”), na qual tem auxiliado no estabelecimento da 1) presença policial em 169 municípios colombianos que não possuía a presença policial em 2002, e 2) programas de interdição especial que destruam os laboratórios de cocaína e o narcotráfico nos portos. (Gao Relatório ao Honrável Joseph R. Biden, Jr.; Presidente, Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA. Outubro, 2008, p. 27-28).

<sup>23</sup> O Quadro 1, apresentado anteriormente, elucida com maior clareza a sobreposição de recursos norte-americanos aplicados a Força Aérea Colombiana.

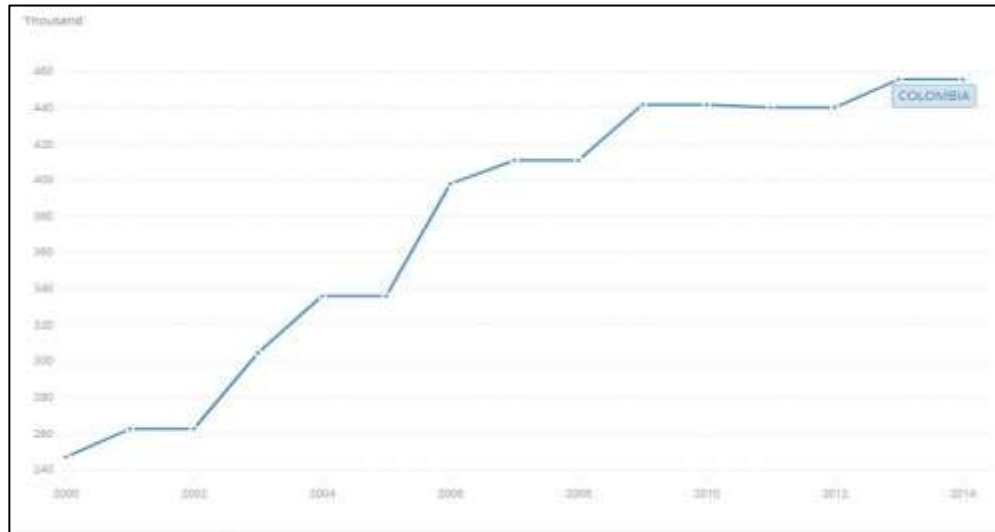
O processo de fortalecimento das FFAA colombianas, para além do excepcional suporte militar norte-americano, seguiu um ritmo de ascensão por meio dos investimentos praticamente contínuos dos recursos orçamentários do próprio país para os mais variados setores de Defesa, conforme assinalado anteriormente. Isto é, observa-se não somente pela literatura, como também, por variados relatórios, documentos e discursos presidenciais<sup>24</sup>, que esse processo também contou com um vetor endógeno, ou seja, um esforço da própria Colômbia em fortalecer-se. Os Gráficos 1 e 2 são bastante elucidativos quanto a esse processo levado a cabo pelo Estado colombiano nos últimos quatorze anos, representando uma ascensão constante no conjunto de investimentos militares para as FFAA.

**Gráfico 1: Gastos militares da Colômbia**



Fonte: Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI), Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security. 2017.

<sup>24</sup> Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI); Wikileaks; Palabras del Presidente Álvaro Uribe en la sesión plenaria de presidentes del Foro Económico Mundial para América Latina, 8 de abril de 2010, Cartagena. (SANTOS, 2010); Palabras del Presidente Juan Manuel Santos con motivo de la Cátedra Colombia que dictó en la Escuela Superior de Guerra, 4 de maio de 2011, Bogotá. (SANTOS, 2011); ‘Cátedra Colombia’ dictada por el Presidente Juan Manuel Santos con motivo de la celebración de los 104 años de la Escuela Superior de Guerra 2013, 9 de maio de 2013, Bogotá. (SANTOS, 2013).

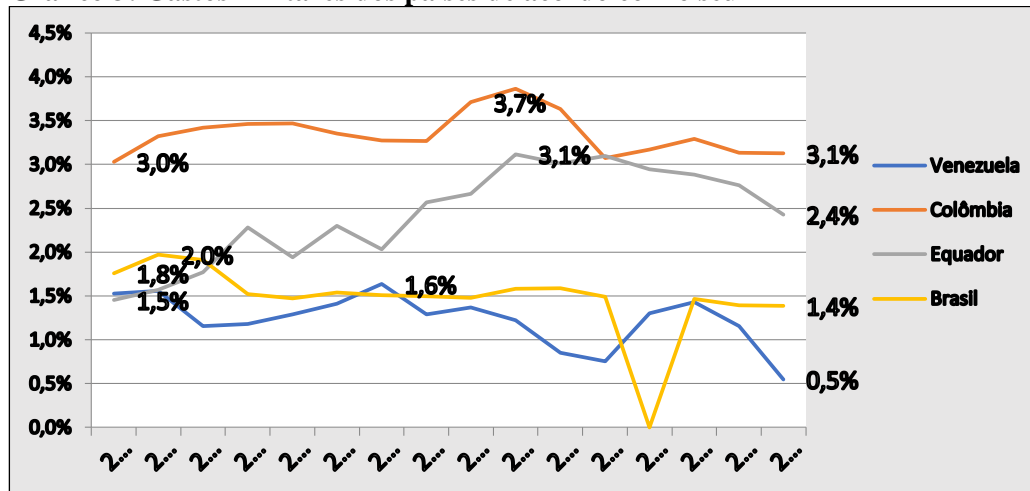
**Gráfico 2: FFAA da Colômbia, pessoal, total**

Fonte: Stockholm International Peace Reserch Institute (SIPRI), Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security. 2017.

Primeiramente, é perceptível que esse crescimento do aparato militar colombiano vem desde antes do período da cooperação com os EUA, no início dos anos 2000, corroborando com defesa de Carreño (2014) de que esse movimento de incremento dos recursos estatais e de setores privados, para a expansão das unidades de Defesa e Segurança, é oriundo desde o final dos anos 1990. Em segundo lugar, percebe-se que esse processo é conduzido por uma política de Estado, perpassando os diferentes governos até a primeira administração de Juan Manuel Santos (2010-2014). Comparando-se os dois últimos mandatos, é possível observar uma espécie de estabilização no total de pessoas empregadas nas FFAA colombianas no primeiro mandato de Santos, em aproximadamente 460 mil homens e mulheres, diferentemente do vertiginoso aumento de efetivos que ocorria durante os anos de governo Uribe. Todavia, se observarmos outros indicadores, como a expansão militar colombiana de acordo com o seu Produto Interno Bruto (PIB), verificamos uma trajetória de declínio desde o ano de 2010<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Consultar o Gráfico Military Expenditure (% of GDP) em anexo. O declínio do PIB da Colômbia, assim como o de demais países sul-americanos, se deve em grande medida à queda dos preços das commodities no mercado internacional, e consequentemente, a redução da receita do país. (CAMACHO; PEREZ-QUIROZ, 2014).

Gráfico 3: Gastos militares dos países de acordo com o seu PIB



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) de 2000 a 2015.

É necessário ressaltar, contudo, que o investimento constante nas FFAA, Polícia e até grupos de segurança particulares não provêm unicamente dos investimentos de Bogotá e Washington, apesar desses governos constituírem os principais vetores políticos de revitalização do aparato de defesa e segurança do país andino. Isto é, grupos privados, companhias energéticas, *defense contractors*, *lobbies*, etc., tanto de origem colombo-estadunidenses quanto com lastros transnacionais, atuam de maneira subjacente em uma dinâmica que perpetua melhores condições securitárias e o reforço da preservação do *status quo* interno, pelo monopólio do uso da força. (AVILÉS, 2008; PALEY, 2015; VIANA, 2016). Esse fator nos auxilia a compreender o porquê do crescimento/estabilização dos gastos militares e o efetivo das FFAA colombianas, a despeito de um cenário recente de redução de gastos.

Outra redução que vem sendo acompanhada, nos anos mais recentes, é a própria quantidade de recursos estadunidenses destinados ao Plano Colômbia, especialmente após o início da primeira Administração Obama (2009-2012) (DIAS, 2016). De acordo com Rosen (2014), pressões por reduções orçamentárias, baixa recuperação dos EUA dos efeitos da crise econômica de 2008 e própria pressão de grupos políticos internos, como o *Tea Party*, conduziram o Governo Obama; já em 2011, a iniciar um processo de redução dos recursos destinados ao Plano Colômbia. Nesse mesmo ano, houve uma acentuada redução de 50 milhões de dólares no projeto orçamentário. No ano seguinte, os EUA cortaram 15% do total de auxílio alocado para o parceiro, totalizando 400 milhões de dólares. (ROSEN, 2014).

A cooperação colombo-estadunidense, assim, entra em uma nova fase de consolidação do Plano Colômbia pelo próprio fortalecimento de todo o aparato securitário do país andino e a percepção, por parte de Washington, da crescente capacidade de Bogotá de conduzir as suas

próprias operações de contrainsurgência e combate ao narcotráfico<sup>26</sup>, em um movimento gradativo de redução do suporte estadunidense. Isto é, surgem novas prerrogativas para a Colômbia gastar mais recursos para financiar a sua guerra às drogas e fortalecer a suas capacidades securitárias ao se transferir o ônus financeiro da potência do Norte para o aliado sul-americano. (ROSEN, 2014)<sup>27</sup>.

### 3.2 A ESTRATÉGIA UTILITARISTA DE BOGOTÁ SOBRE A COOPERAÇÃO DEPENDENTE E ASSOCIADA

Apesar da redução dos recursos destinados à cooperação militar com a Colômbia desde o início do período Obama, ao completar-se quinze anos desde o início da implementação do Plano Colômbia, verifica-se que os EUA gastaram um montante de nove bilhões e cento e oitenta e sete milhões de dólares com o parceiro sul-americano, totalizando a aplicação de vinte programas voltados, prioritariamente, para o combate ao narcotráfico e o fortalecimento securitário até 2015, de acordo com *Security Assistance Monitor*. Para Vega (2012):

Tanto el gobierno colombiano como el de Estados Unidos reafirmaron de manera reiterada que el Plano Colombia era un proyecto para luchar de manera exclusiva contra la producción de narcóticos, pero era evidente, como se ha demostrado después, que su finalidad era contrainsurgente y para eso se necesitaba financiar y rearmar al Ejército. (VEGA, 2012, p. 380). Hoy puede apreciarse con claridad que entre uno de los objetivos del plan Colombia estaba el de fortalecer la capacidad bélica del Estado colombiano, no sólo para enfrentar al movimiento insurgente sino también para contar con uno de los ejércitos mejor armados del continente, como lo es en la actualidad. (VEGA, 2012, p. 381)<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Essa nova fase corresponde às formulações estratégicas iniciais desenhadas pelo Plano Colômbia e pelas diferentes agências norte-americanas engajadas na primeira etapa do processo de cooperação militar. Segundo o Departamento de Estado, o suporte norte-americano é designado para promover a auto-suficiência colombiana com a transferência de todas as responsabilidades operacionais assim como aeronaves de asa fixa, helicópteros, radares, equipamentos militares, etc. para as Forças Militares da Colômbia continuarem as missões de combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Isto é, o objetivo era que Forças Armadas da Colômbia passassem a nacionalizar todo o suporte militar disponibilizado pelos EUA. Já estava presente no *Report to Congress: U.S. Assistance Programs in Colombia and Plans to Transfer Responsibilities to Colombia* de 2006. Em entrevista concedida em 15 de novembro de 2010, O Tenente Coronel das Forças Especiais dos EUA e assessor das Forças Especiais da Colômbia, Will Griego, afirmou considerar as Forças Especiais da Colômbia portadoras do mesmo nível tático e de experiência operacional que as Forças Especiais dos EUA, fruto do mesmo treinamento recebido ao longo dos anos. (SPENCER, 2011, p. 101).

<sup>27</sup> Já Michelle Dias (2016), desenvolve uma perspectiva política ao visualizar a assistência dos EUA à Colômbia, defendendo a redução da militarização no combate ao “narcoterrorismo” no Governo Obama como uma contraposição ao enfoque militarista adotado anteriormente pelos Governos Bush (2001-2009) e Uribe (2002-2010), incentivando-se os canais de resolução pacífica conduzidas pelo Governo Santos com as FARC.

<sup>28</sup> Tradução: Tanto o governo colombiano como os Estados Unidos reafirmaram de maneira reiterada que o Plano Colômbia era um projeto para lutar de maneira exclusiva contra a produção de narcóticos, porém era evidente, como se demonstrou depois, que a sua finalidade era contrainsurgente e para isso se necessitava financiar e rearmar o Exército. (VEGA, 2012, p. 380). Hoje pode apreciar-se com clareza que um dos objetivos do Plano Colômbia era o fortalecimento da capacidade bélica do Estado colombiano, não somente

Vega demonstra, com isso, a operacionalidade real do Plano Colômbia, para além do discurso de combate ao narcotráfico, ao objetivar-se a revitalização do poder militar colombiano, a fim de ser empregado na continuidade do histórico conflito interno. Dessa forma, é possível compreender que a cooperação militar com Washington correspondeu a uma estratégia utilitarista desenhada por Bogotá para o fortalecimento de suas capacidades militares para resistir e avançar as posições do Estado dentro do teatro contrainsurgente. O resultado concreto desse processo foi a transformação desse amplo e revitalizado aparato militar em uma das melhores FFAA da América do Sul, transcendendo o raio interno voltado para a contrainsurgência. O próprio Presidente Juan Manuel Santos confirma esse processo, em declaração conjunta com o Presidente Obama durante as considerações do Plano Colômbia na Casa Branca, em fevereiro de 2016, ao atestar que:

A lot of people say that Plan Colombia is the bipartisan incentive that has been most successful over the last few years. But people perceive it as an exclusively military or security initiative. But it was much more than that. It's true that Plan Colombia helped us to have the most powerful armed forces, the most effective armed forces that Colombia has ever had in its history, and they, today, are out there training armed forces of other countries in the region. But the reason for its success was that it was a comprehensive strategy -- a strategy that also bet on social programs, on justice, on rural development, and on strengthening our democratic institutions. (SANTOS, The White House, 2016)<sup>29</sup>.

O Presidente, dessa forma, confirma o processo de fortalecimento das FFAA da Colômbia, ao responder a percepção emitida por muitas pessoas quanto ao caráter militarista da cooperação colombo-estadunidense, ressaltando outros pontos incluídos nessa cooperação. É interessante observarmos o emprego da expressão “estratégia compreensiva” pelo Presidente, pois verifica-se um caráter racionalista que perpassou as relações de ambos os países nos últimos quinze anos.

Segundo Helen Milner (1992), cooperações consistem em dois elementos principais. Primeiramente, se assume que o comportamento de cada ator está direcionado a um objetivo, sem haver a necessidade de ser o mesmo para todos os agentes envolvidos nesse alinhamento; porém, ressalva-se a existência de uma postura racionalista das duas partes nessa colaboração.

---

para enfrentar o movimento insurgente, como também, para contar com um dos exércitos melhores armados do continente, como é na atualidade. (VEGA, 2012, p. 381).

<sup>29</sup> Remarks by President Obama and President Santos of Colombia at Plan Colombia Reception. The White House. Office of the Press Secretary For Immediate Release. February 04, 2016. O vídeo desse encontro também encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MKi-TCz16h4>. Tradução: Um monte de pessoas dizem que o Plano Colômbia é um incentivo bipartidário de maior sucesso ao longo dos últimos anos. Porém as pessoas também o percebem como uma iniciativa exclusivamente militar e securitária. Porém isso foi muito mais do que isso. É verdade que o Plano Colômbia nos auxiliou a ter as Forças Armadas mais poderosas, mais efetivas e armadas que a Colômbia já teve em sua história, e elas hoje estão lá fora treinando outras Forças Armadas de outros países em suas regiões. Mas a razão para o sucesso consistiu em uma estratégia compreensiva – uma estratégia também amarrada em programas sociais, justiça, desenvolvimento rural e um fortalecimento das instituições democráticas. (SANTOS, The White House, 2016).

Segundo, a definição implica que a cooperação proporcione ganhos ou recompensas aos atores, sem que essas vantagens sejam proporcionais para cada Estado<sup>30</sup>. Para que isso ocorra, cada parceiro auxilia o outro a atingir os seus objetivos ao ajustar suas políticas em antecipação às recompensas que se frutificam posteriormente nessa parceria, havendo uma sincronia de ambos os Estados nessa relação.

Conforme se demonstrou no capítulo anterior, ao contextualizarmos a consolidação do alinhamento político da Colômbia para com os EUA no período da Guerra da Coreia, já se tornava visível os vetores racionais e utilitaristas presentes na política externa de Bogotá no primeiro processo de modernização das FFAA colombianas, via parceria com o *hegemon*. Isto é, observa-se, ao longo do processo histórico dessas relações assimétricas, a repetição de um comportamento racionalista que rege a política externa de Bogotá, salientando-se com maior nitidez nos períodos de maior dependência do país sul-americano à potência do Norte. O Plano Colômbia, dessa forma, representou o segundo processo de modernização/expansão do aparato securitário colombiano por meio cooperação norte-americana, estreitando-se não somente os laços contemporâneos de dependência securitária, como nas esferas política e econômica<sup>31</sup>. Conforme se averigua, Bogotá oportunamente se aproveita desses períodos cíclicos para maximizar o seu poder militar.

É perceptível, dessa forma, que Bogotá perseguiu o objetivo de maximização dos ganhos relativos oferecidos pelos EUA na cooperação militar. Isto é, o caráter racionalista, descrito por Milner (1992), foi novamente adotado de maneira utilitarista por Bogotá para a revitalização e expansão de suas FFAA, objetivando não somente a reversão de todos os antigos reveses sofridos pelo Estado colombiano na luta contra insurgente, como a obtenção do maior poder militar de sua história recente. É compreensível também o porquê de autores contemporâneos, como Bermúdez (2010), defenderem que a política externa colombiana para com os EUA constitui uma subordinação consciente ao tradicional eixo gravitacional do Norte, como os reflexos ainda presentes da doutrina *Respice Pollum*.

---

<sup>30</sup> Para Milner (1992), quanto mais assimétrico for o poder dos Estados (atores, agentes, etc.) que estão alinhados nessa cooperação, provavelmente mais desigual será a distribuição de ganhos. Assim, ao observar-se esse caráter assimétrico empiricamente em grande parte das relações de cooperação, a autora verifica que são os Estados (atores, parceiros, etc.) mais frágeis dessa interação que obtêm os maiores e melhores ganhos relativos.

<sup>31</sup> Dawn Paley (2015) é um dos autores que demonstram a operacionalização de um conjunto de medidas econômicas neoliberais por parte da Colômbia nos seus variados setores sobre a pressão/incentivo das companhias transnacionais, bancos, órgãos monetários internacionais (como o FMI e o BM), concomitante ao contexto de implementação do Plano Colômbia. De acordo com o autor, a quantidade de investimentos diretos no país multiplicou-se dos anos 1990 para os anos 2000, somado ao considerável crescimento no setor mineiro e energético pelo capital privado.



A segunda variável, para além da questão securitária, que também alicerça a cooperação Washington – Bogotá, não somente ao longo processo histórico como no período recente, é a interdependência estrutural de ambos os países, por meio da qual viabiliza-se para a Colômbia uma forma de cooperação dependente e associada, conforme já abordado no capítulo anterior. Assim, existe uma compatibilidade e incentivo a um processo de desenvolvimento dependente e associado na Colômbia, em consonância com os interesses externos dos EUA, reproduzindo-se laços de dependência que fomentam um tipo de desenvolvimento tutelado nas mais diferentes esferas do país periférico, inclusive no âmbito militar. Desse modo, esse processo corresponde à reprodução e intensificação dos laços de dependência estrutural do país andino à grande potência do Norte, embasando as formulações estratégicas utilitaristas presentes na política externa de Bogotá.

### 3.3 REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA NO PANORAMA SUL-AMERICANO

Após a verificação do processo de fortalecimento do poder militar colombiano pela cooperação com os EUA, este trabalho se debruçará nos desdobramentos externos desse fenômeno ao analisar o entorno regional do país andino, isto é, os impactos do crescimento desse poder para a região sul-americana. Escolheu-se três países vizinhos da Colômbia para se empreender uma leitura comparativa das variações de poder e recursos de poder: Brasil, Equador e Venezuela.

Mearsheimer (2014) auxilia bastante na compreensão desses componentes ao definir conceitualmente o *Poder latente* e o *Poder militar*<sup>32</sup>. De acordo com o autor, o poder latente refere-se aos ingredientes socioeconômicos que estão presentes na construção do poder militar de um Estado, como a sua riqueza e o tamanho de sua população. Inclui-se, assim, recursos potenciais como o dinheiro, tecnologia, pessoal, etc. que podem ser mobilizados em uma competição com outros Estados. Já o poder militar está associado ao tamanho e a eficácia das FFAA de um Estado, com os seus braços do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Este trabalho, por suas limitações, não pretende abranger uma comparação de todos os elementos do poder latente e do poder militar da Colômbia frente à Venezuela, Equador e Brasil e, sim, visualizar os principais indicadores como os gastos em Defesa, Produto Interno Bruto (PIB) e a dimensão de efetivos engajados nas Forças Armadas, Exército, etc. dos

---

<sup>32</sup> Ressalva-se que esses são os únicos aspectos retirados da obra *The Tragedy of Great Power Politics* de Mearsheimer (2014), sem pretender-se implementar o conjunto de proposições analíticas do Realismo Ofensivo nesse trabalho.

diferentes países da região, a fim de vislumbrar o reposicionamento do país andino na estrutura securitária sul-americana.

**Figura 4: Colômbia e os países vizinhos em análise**



Fonte: adaptada pelo autor, a partir de UTLR.ME (2018).

O recorte temporal no qual se insere a comparação entre os quatro países desdobra-se, principalmente, entre o ano 2000 até 2015. Utilizam-se alguns indicadores que demonstram a hierarquia de poder na região sul-americana no ano 1995, para, dessa forma, visualizar o primeiro resultado da reinserção colombiana no triênio 2007-2009 e o segundo resultado, por meio da evolução quantitativa de setores das FFAA do ano de 2010 até, aproximadamente, 2015. Isto é, o ano de 1995 será um ponto de comparação para os dois resultados ulteriores deste trabalho. Nem sempre será possível reproduzir todos os indicadores comparativos nos distintos contextos que perpassam todo esse período, pois esta pesquisa se deparou com uma considerável lacuna de dados, especialmente no que tange ao poder militar dos países sul-americanos como a suas FFAA<sup>33</sup>. Apesar dessa última seção preocupar-se com a execução de um panorama comparativo a partir da reinserção securitária da Colômbia no espaço sul-americano, este estudo segue uma linha de análise até então adotada, ao ligar todos os elementos anteriormente expostos com os principais desdobramentos para a balança de poder regional.

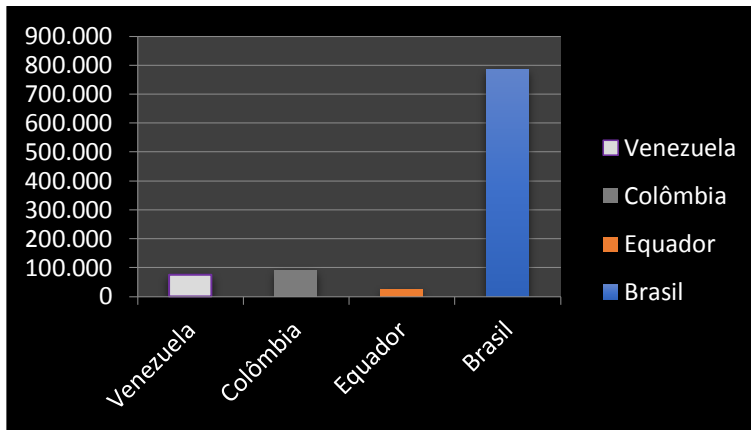
### 3.4 UMA ANÁLISE COMPARADA DOS RECURSOS DE PODER MILITAR DA COLÔMBIA FRENTE AO EQUADOR, VENEZUELA E O BRASIL

Para iniciar qualquer exercício comparativo da Colômbia com os demais países, salienta-se a noção da assimetria de recursos de poder existente entre os quatro Estados,

<sup>33</sup> Conforme se verificará também, existe uma considerável lacuna do poder latente e o poder militar equatoriano frente aos seus vizinhos, não sendo possível, dessa forma, compará-lo aos demais países. Em parte, a escassez dessas informações se deve a demais estudos que não se debruçaram especificamente na comparação do poder militar e dos recursos de poder do Equador com os países vizinhos.

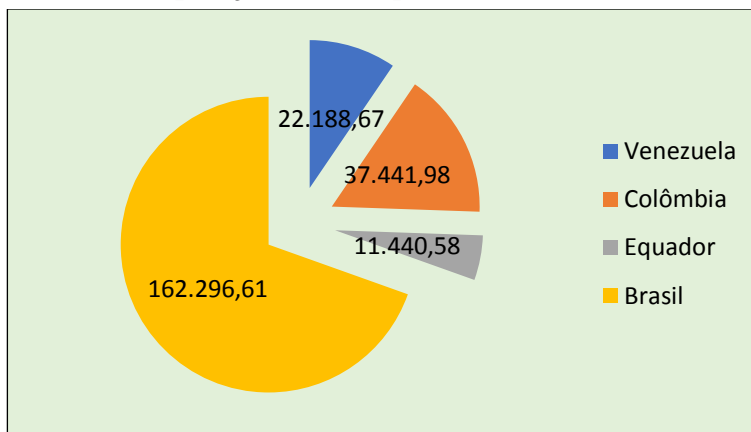
acentuadamente o poder latente, na qual associa-se a riqueza, recursos energéticos disponíveis, quantidade populacional, etc. Os gráficos abaixo demonstram as disparidades do poder latente e do poder militar entre os quatro países da América do Sul em 1995. Isto é, no contexto anterior, a cooperação colombo-estadunidense, levando-se em conta esse caráter assimétrico entre as diferentes nações.

**Gráfico 4: Produto Interno Bruto (PIB) de cada país em 1995 (US\$)**



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do World Bank (1995)

**Gráfico 5: Populações de cada país em 1995 (milhões)**

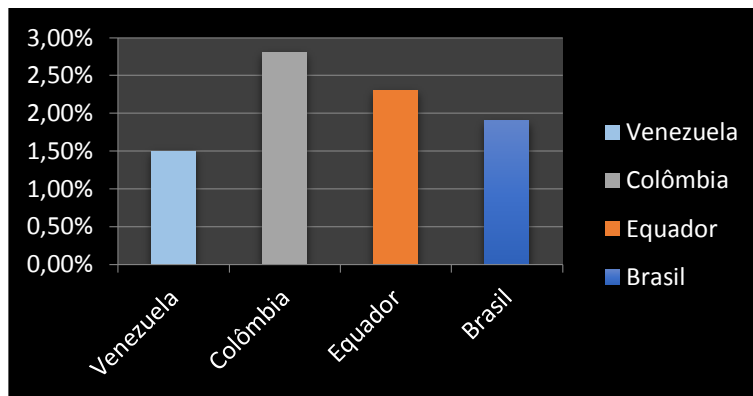


Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do World Bank (1995)

O primeiro fator que se verifica nos Gráficos 3 e 4 é a desproporção colombiana, equatoriana e venezuelana frente ao Brasil, não somente pelo gigantismo da economia brasileira em contraste com os países vizinhos, como também, por sua população. Nesse último aspecto, chama a atenção o fato de que os três países banhados pelo Pacífico possuíam, aproximadamente, 34% do total da população brasileira. Entretanto, colocando o Brasil de lado, já era perceptível a superioridade demográfica da Colômbia em comparação aos vizinhos mais próximos. O PIB brasileiro também impressiona, representando a ordem de 8 para 1 do PIB colombiano e venezuelano, e nada menos do que 32 vezes a riqueza anual do Equador.

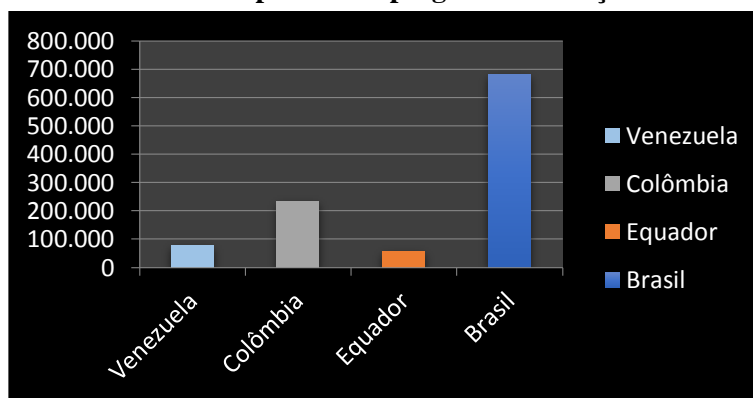
Cristaliza-se, dessa forma, a primeira assimetria entre os quatro países sul-americanos ao iniciarmos a comparação de suas distintas condições de poder, permitindo o reconhecimento dos limites estruturais desse panorama que influenciará o grau do reposicionamento securitário da Colômbia no período seguinte. O Brasil, indubitavelmente, ocupava a posição de proeminência da América do Sul nos mais diferentes aspectos, especificamente quando se equipara as suas condições de poder e o próprio poder militar com os Estados menores.

**Gráfico 6: Porcentagem do PIB de cada país destinado à Defesa em 1995**



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI) de 1995.

**Gráfico 7: Total de pessoal empregado nas Forças Armadas em 1995 (US\$)**



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI) de 1995.

O Gráfico 6 elucida a variação do poder latente de cada país na canalização dos recursos internos para o seu poder militar; já o Gráfico 7 demonstra a arquitetura securitária da região em 1995, ou, em outras palavras, a hierarquia ocupada por cada país na estrutura securitária da região em suas disparidades de poder militar. É interessante observar que, mesmo na metade da década de 1990, a Colômbia era o país que mais investia o seu PIB em Defesa, superando inclusive o Brasil, a despeito da colossal assimetria de recursos entre

ambas as nações<sup>34</sup>. Contudo, quando observamos o contexto de conflito insurgente e a histórica instabilidade interna do país andino – acrescidos, contemporaneamente, pelo combate ao narcotráfico, compreende-se o ritmo superior do investimento dos recursos colombianos no seu setor de Defesa.

O Gráfico 7 demonstra a superioridade das FFAA colombianas em comparação com o Equador e a Venezuela; porém, em inferioridade com o Brasil. Com isso, mais uma vez se averigua o desequilíbrio de poder militar entre os países, conforme o esquema comparativo esboçado a cima. Todavia, percebe-se que a porcentagem do PIB colombiano destinado ao seu setor de Defesa (demonstrado no Gráfico 6) constitui-se uma variável que, a médio e longo prazo, pode influir na variação do poder militar entre os quatro países. Nesse contexto, o vetor de investimentos no fortalecimento da estrutura securitária colombiana era majoritariamente proveniente de recursos domésticos. Isto é, até então, não existia todo o pacote de auxílio militar externo proporcionado pelos EUA. Uma segunda variável que também não se deve desprezar era a questão demográfica colombiana, que, mesmo aquém da colossal população brasileira, era superior ao Equador e, em menor medida, da Venezuela. Assim, evidencia-se mais uma oportunidade de conversão dessas condições relativamente favoráveis da Colômbia em um sólido poder militar na região sul-americana.

Dessa forma, observa-se que o poder latente colombiano estava propenso a uma nova correlação de forças favorável, em decorrência da continuidade ou crescimento do ritmo de investimentos domésticos (sem profundas alterações) destinados ao fortalecimento de sua estrutura securitária, como o conjunto de pessoas empregadas nas FFAA. A característica histórica de perpetuação do combate interno vinha permitindo esse processo de crescimento do aparato militar, sem objetivar, ao longo desse período, o uso desse poder em uma rivalidade externa com os países vizinhos. Ao se comparar os recursos de poder militar com diferentes países sul-americanos, percebe-se, há mais de vinte anos, um processo em curso de reinserção da Colômbia na arquitetura securitária na região, mesmo antes do auxílio estadunidense.

É necessário destacar que nem todos os indicadores dos países correspondem-se de maneira equivalente, como o PIB, a porcentagem do investimento do PIB em Defesa, gastos militares, total de efetivos nas FFAA, etc. Conforme assinalado, o caráter assimétrico permeia as condições de poder dos quatro países sul-americanos. Um exemplo disso é demonstrado no Gráfico 6, por meio do qual percebe-se a aproximação equatoriana à Colômbia na

---

<sup>34</sup> Entretanto, assinala-se que a Venezuela ultrapassava a Colômbia no conjunto dos seus gastos militares, posicionando-se somente atrás do Brasil nesse período, conforme verificado pelo SIPRI (1995).

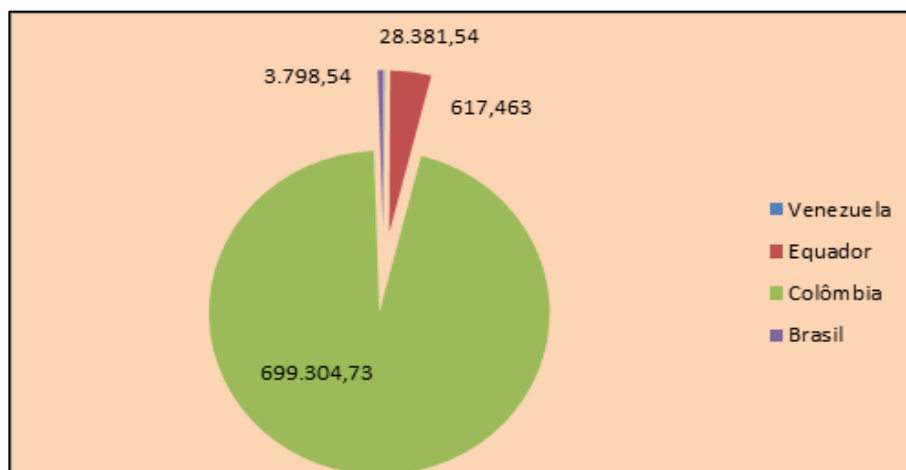
porcentagem do investimento de seu PIB. Isto é, se deduz que exista o interesse equatoriano no seu investimento securitário. Porém, ao verificarmos o poder latente do gráfico anterior, assentado na quantidade demográfica dos países, conclui-se que a Colômbia possui mais de o triplo da população equatoriana e apresenta um PIB superior ao vizinho e, desse modo, conta com maiores condições de crescimento que o Equador, e, em menor proporção, da Venezuela.

No caso brasileiro, ao compararmos os dois últimos gráficos, percebe-se que não existia por parte do gigante sul-americano um interesse no crescimento de seu poder militar em meados da década de 1990, em grande medida por sua proeminência na hierarquia securitária, o conjunto de seu poder latente assentado no colosso de suas riquezas, população, produção energética, etc., e a estratégia de sua política externa para a região. (BANDEIRA, 1978; GUIMARÃES, 2007).

### 3.5 OS PRIMEIROS SINAIS DE REINSERÇÃO SECURITÁRIA DA COLÔMBIA NA AMÉRICA DO SUL

Após oito anos do início da cooperação militar da Colômbia com os EUA já era possível sentir alterações significativas no panorama securitário da América do Sul. Assim, após este trabalho ter examinado as condições de poder dos quatro países no período anterior ao Plano Colômbia e o recrudescimento do combate ao “narcoterrorismo” pelos esforços conjuntos de Washington e Bogotá, este estudo se encaminha para o primeiro resultado da distribuição de forças regionais no triênio 2007, 2008 e 2009, atrelado ao seu contexto político. Nesse período, alguns analistas já começavam a observar os efeitos dessa cooperação para o poder militar de Bogotá, em um processo de expansão e revitalização do aparato militar colombiano em uma das maiores FFAA da América do Sul.

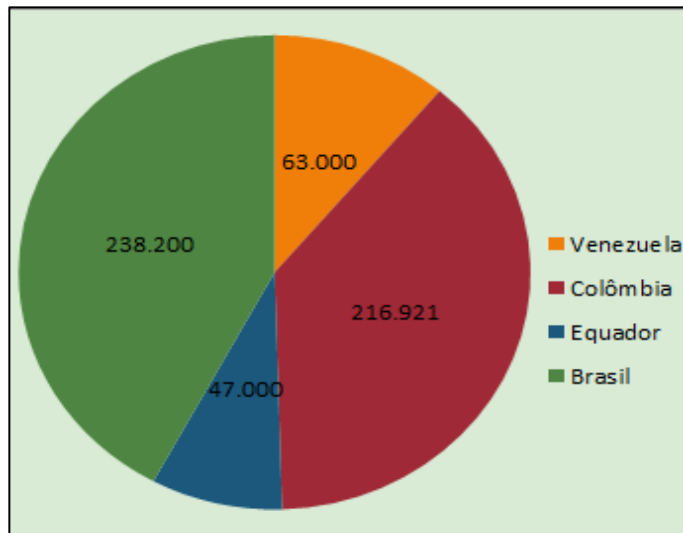
**Gráfico 8: Proporção da assistência securitária estadunidense para a Colômbia e os países vizinhos em 2008**



Fonte: USA Security Assistance (2008)

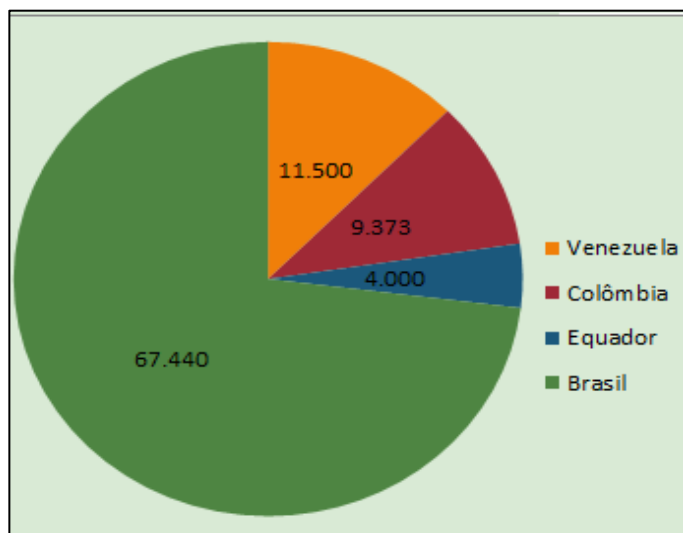
Observa-se, pelo gráfico acima, a desproporção dos recursos norte-americanos destinados para a cooperação militar com a Colômbia frente aos demais países da região somente no ano de 2008. O Plano Colômbia constituiu o país andino no maior receptor da assistência norte-americana na região, desde o início dos anos 2000, revertendo o cenário de décadas anteriores na qual o Brasil era o maior beneficiário pelo *hegemon*. (PARDO; TOKATLIAN, 1989). Dessa forma, a partir desse contexto, cabe indagarmos os desdobramentos dessa cooperação para o poder militar da Colômbia em comparação aos países vizinhos, paralelo ao recrudescimento do conflito contrainsurgente pela revitalização do aparato de Defesa nos governos Uribe (2002-2010).

**Gráfico 9: Tamanho do Exército em 2008**

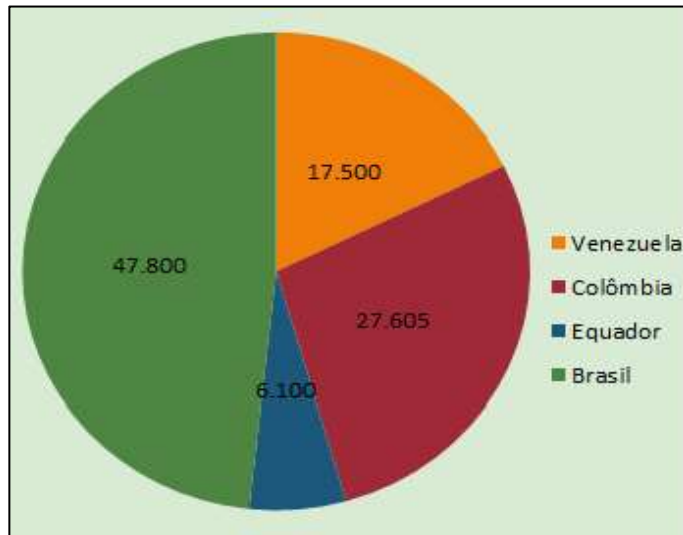


Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do IISS. The Military Balance (2008) e Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI) de 2008.

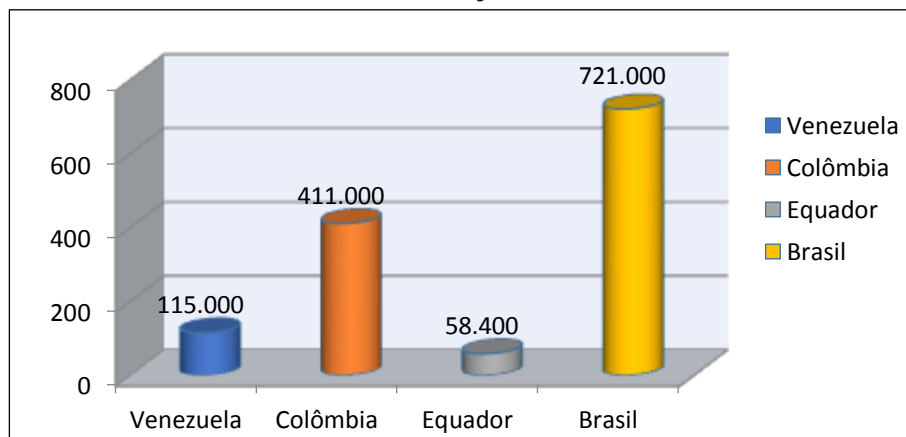
**Gráfico 10: Tamanho da Força Aérea em 2008**



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do IISS. The Military Balance (2008) e Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI) de 2008.

**Gráfico 11: Tamanho da Marinha em 2008**

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do IISS. The Military Balance (2008) e Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI) de 2008.

**Gráfico 12: Total de Efetivos nas Forças Armadas em 2008**

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do IISS. The Military Balance (2008) e Stockolm International Peace Reserch Institute (SIPRI) de 2008.

Os gráficos apresentados acima demonstram os três setores que compõem as FFAA e a dimensão total dessas forças para os quatro países sul-americanos. A partir deles, verificam-se os primeiros resultados de um reposicionamento de forças no subcontinente americano, em uma nova distribuição de capacidades militares favorável à Bogotá. Chama a atenção, desde já, o fato de haver um progressivo deslocamento do poder militar colombiano frente ao Equador e a Venezuela, ao aproximar-se inclusive do Brasil, conforme vislumbra-se no Gráfico 12.

Isto é, pode-se perceber pelo Gráfico 12, que o ano de 2008 tornou-se significativo para o poder militar colombiano no que se refere ao conjunto de suas FFAA, tendo ampliado a diferença com os seus dois vizinhos mais próximos e reforçado, com isso, a antiga posição na hierarquia securitária verificada na década anterior. O Gráfico 10, contudo, evidencia que a



superioridade militar não ocorre em todos os setores, especificamente quando se contrasta com a Venezuela. Isto é, apesar do montante de investimentos estadunidenses nas Forças Aéreas colombianas, o país ainda se situava atrás do vizinho bolivariano no conjunto de soldados empregados nesse setor. Entretanto, é notório pelo Gráfico 9, que essa inferioridade é ofuscada pela dimensão do Exército colombiano, não somente por ultrapassar os dois vizinhos mais próximos, como praticamente equiparar-se ao poder terrestre brasileiro. Esse é, indubitavelmente, um dos fatores mais significativos que se observa no processo de reinserção securitária da Colômbia na região sul-americana.

Utilizando-se estimativas de um ano antes, Luiz A. Moniz Bandeira (2008) já constatava esse fenômeno ao formular uma comparação entre o Brasil, Argentina e a Colômbia. De acordo com o politólogo:

Com a assistência dos Estados Unidos, o Exército da Colômbia tornou-se o maior e o mais bem equipado, relativamente, da América do Sul. Com população de 44 milhões de habitantes, a Colômbia possui um contingente militar de cerca de 208.600 efetivos, enquanto o Brasil, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 190 milhões de habitantes, tem um contingente de somente 287.870, e a Argentina, com 40 milhões de habitantes e um território de 2,7 milhões de quilômetros quadrados, tem um efetivo de apenas 71.655. A Colômbia, com um PIB de \$320.4 bilhões (2007 est.), de acordo com a paridade do poder de compra, destina 3,8% aos gastos militares, enquanto o Brasil, cujo PIB é de \$1.838 trilhões (2007 est.), gasta apenas 1,5%, a Argentina com um PIB de \$523.7 bilhões (2007 est.), gasta apenas 1,1%. (BANDEIRA, 2008, p. 23).

É interessante observar, nessa passagem de Bandeira, a desproporção do poder militar de Bogotá na região, tendo em vista o conjunto de recursos que compõem o seu poder latente. De outra forma, podemos reler essa citação da seguinte maneira: o gigante brasileiro está sendo ultrapassado por um país muito menor.

Posteriormente, Lucas Rezende (2013) também se debruçou na observação desse fenômeno, elucidando o crescimento de maneira direta dos números colombianos. Segundo o autor, se entre 1991 e 2001 o Brasil ainda era o país sul-americano com maior número de efetivos nos Exércitos, a partir de 2009, a Colômbia assume a liderança nesse quesito, seguindo um processo de crescimento em 2010 na qual se amplia a diferença colombo-brasileira. A Colômbia passou a possuir nesse período um número de 237.466 efetivos no seu Exército, enquanto o Brasil tinha 190.000. A diferença de 47.466 soldados não é nada desprezível, pois, de acordo com a leitura de Rezende (2013), equivalia ao Exército argentino, paraguaio e surinamês somados. Em números percentuais, em 2010, o Exército brasileiro equivalia a 80% do Exército colombiano.

Apesar de o crescimento securitário colombiano ter ultrapassado o poder equatoriano, venezuelano e ter se emparelhado na posição proeminente do Brasil, mais uma vez observamos o caráter assimétrico e os limites desse movimento na reinserção securitária de

Bogotá na região, especialmente quando vislumbramos o conjunto do poder latente brasileiro. Isto é, apesar de o Brasil ter tido o seu poder militar parcialmente superado pela Colômbia no final dessa última década, observa-se que o crescimento do conjunto do poder latente colombiano não conseguiu ultrapassar as condições brasileiras, como, por exemplo, o PIB, população e o próprio orçamento em Defesa. (SIPRI, 2008-2010; WORLD BANK, 2008-2010). Também, se averigua nesse período a incapacidade de o poder militar colombiano alcançar/ultrapassar o poder brasileiro no total de efetivos nas FFAA, conforme demonstrado no Gráfico 12.

Há outros fatores que também não devem passar despercebidos. Em primeiro lugar, verifica-se o reposicionamento da Marinha colombiana por meio do Gráfico 11. Assim, a Colômbia, apesar de possuir vinte mil homens a menos que o Brasil, apresenta uma superioridade de dez mil efetivos em relação à Venezuela e quatro vezes a quantidade do corpo de efetivos do Equador. Dessa forma, na comparação com os três vizinhos sul-americanos, no triênio 2007-2009, é possível identificar a obtenção da Colômbia a posição de segundo lugar na hierarquia do poder marítimo da região.

Um segundo aspecto que chama bastante a atenção são as quantificações demonstradas no último gráfico, acentuadamente quando elaboramos um panorama comparativo do total de efetivos das FFAA dos quatro países em 2008 com o ano de 1995<sup>35</sup>. Observa-se que o conjunto do poder militar colombiano permaneceu na segunda posição, sem ultrapassar a proeminência brasileira; porém, verifica-se um resultado do crescimento desse poder em relação ao Equador e a Venezuela. Dessa forma, já nos primeiros oito anos da parceria militar colombo-estadunidense, percebemos que a Colômbia se reinseriu de maneira mais assertiva na estrutura de Defesa sul-americana em um considerável patamar de nada menos que o triplo da dimensão das FFAA venezuelanas e o sétuplo das FFAA equatorianas. Ao contrastar-se o Gráfico 12 com o Gráfico 7, isto é, entre esse período e o contexto anterior dos anos 1990, observa-se que o tamanho das FFAA colombianas praticamente duplicou-se em proporção, recrudescendo o desequilíbrio de poder entre os países vizinhos.

Já havíamos constatado, no contexto anterior, que existia uma propensão para a expansão das FFAA colombianas ao se atentar para o quadro de continuidade do ritmo de investimentos domésticos (proporção do PIB, população, gastos militares, etc.) no seu aparato securitário, sem a significativa cooperação estadunidense. Desse modo, não se surpreende que tenha havido essa forma de reinserção securitária quando já havíamos verificado um processo

---

<sup>35</sup> Conforme os Gráficos 7 e 12.

em curso de fortalecimento de suas capacidades militares desde os anos 1990<sup>36</sup>. Também se assinalou que o vetor interno de intensificação de conversão do poder latente em poder militar, no período Uribe (2002-2010), somado ao vetor externo da cooperação securitária norte-americana, dinamizou esse movimento recente de reposicionamento das capacidades militares de Bogotá na região sul-americana.

### 3.6 AS “FUMAÇAS DE 2008” E A PERCEPÇÃO REGIONAL DA REINSERÇÃO SECURITÁRIA COLOMBIANA

Os primeiros efeitos da reinserção securitária da Colômbia na região sul-americana, nos anos 2000, não passaram despercebidos, bem como acarretou um cenário de instabilidade política decorrente da animosidade crescente entre Bogotá, Caracas e Quito. Brevemente, este trabalho destacará os principais desdobramentos políticos no pós-2007 que afetaram diferentes países – especialmente o Equador e a Venezuela, em um período de reposicionamento relativo do poder militar regional a favor da Colômbia.

Em 1º de março de 2008, a Colômbia, em colaboração com os EUA, executou a Operação Fênix na província de Sucumbíos, no Equador, abatendo Raúl Reyes, o segundo líder das FARC. Esse contundente golpe ao Secretariado das FARC, pelas circunstâncias que ocorreram, acabou ocasionando uma crise política e militar na região andina. Apesar de o Ministério de Defesa da Colômbia ter comunicado que o ataque teria ordem de não violar o espaço aéreo equatoriano, os governos da Venezuela e Equador rechaçaram veemente essa operação. A indignação de Quito e Caracas era resultado da ação unilateral orquestrada por Bogotá, somado à maneira irregular com que os militares colombianos levaram adiante a tomada do local, o manejo judicial dos cadáveres, a retirada irregular de vários corpos dos insurgentes abatidos e a falta de atendimento aos feridos. (CARREÑO, 2014). A maior agressão, contudo, havia sido a violação da soberania equatoriana, transcendendo a tensão colombo-venezuelana-equatoriana ao ascender um alerta na maioria dos países sul-americanos quanto a implementação de uma doutrina militar preventiva, por parte da Colômbia, com o apoio da maior potência do sistema internacional. (BATTAGLINO, 2012).

De acordo com Battagliano (2012), as ações subsequentes adotadas pelos EUA não ajudaram a arrefecer a tensão regional, pois Washington decidira reativar a Quarta Frota, em maio de 2008, e preparar-se para deslocar tropas estadunidenses nas bases militares

---

<sup>36</sup> No mesmo período de 2008 e 2009, respectivamente, a Colômbia destinou 3,7% e 3,9% do seu PIB para o conjunto de gastos de Defesa, atingindo um ápice de conversão de seu poder latente para o poder militar. (SIPRI, 2008-2009). Observou-se esse fenômeno justamente no contexto de agravamento da instabilidade regional, após o ataque colombiano ao território equatoriano em 2008.

colombianas, utilizando-se de um sofisticado sistema de monitoramento. No ano seguinte, a cooperação militar entre Bogotá e Washington intensificou-se proporcionalmente à crescente posição de isolamento político da Colômbia na sua vizinhança, as trocas de acusações entre Uribe e Chávez e o deslocamento de tropas na região. Pode-se dizer que um novo “tremor sísmico” na região se cristalizou com a permissão dada pela Colômbia para que as FFAA dos EUA pudessem utilizar três bases áreas em seu território. (BANDEIRA, 2009).

Em um telegrama diplomático confidencial de 2009, disponibilizado pelo *Wikileaks*, sabe-se que ocorreu nesse ano um encontro entre o ministro de Segurança do Equador, Miguel Carvajal, seu Secretário, Jorge Orbe e Christopher McMullen, então diplomata norte-americano. Percebe-se pelo relatório, não somente a preocupação equatoriana com as futuras ações da Colômbia na região como as consequências do acordo de cooperação em defesa entre Bogotá e Washington. No documento, verifica-se que há uma tentativa por parte da diplomacia norte-americana em garantir a inexistência do objetivo de expansão militar dos EUA, pelas bases militares colombianas; porém, o que chama mais a atenção no telegrama diplomático são os trechos abaixo:

**Figura 5: Ministros de Segurança do Equador explicam as “percepções” da Cooperação Militar dos EUA-Colômbia**

7. (C) Carvajal pressed on, stating that Ecuador seriously doubted Colombia's commitment to combating the FARC and narco-trafficking. He stated that Ecuador's key issue was that Colombia had not provided a guarantee that there would be no more attacks on Ecuadorian soil; if it did so, all else would be negotiable. He then cited several reasons why the GOE mistrusts and doubts Colombia's intentions:

- March 1, 2008, Colombian bombing of a FARC camp in Ecuadorian territory.
- Excessive investment by the USG in Colombia via Plan Colombia and Plan Patriota.
- Imbalance in the size of Colombia's military compared to other countries in the region.

Fonte: Wikileaks (2009)<sup>37</sup>

<sup>37</sup> Tradução: Carvajal prosseguiu, afirmando que o Equador seriamente duvida do comprometimento da Colômbia no combate as FARC e os traficantes. Ele declarou que o principal problema do Equador foi à falta de garantias oferecidas pela Colômbia de que não ocorreriam novos ataques em solo equatoriano; se oferecidas, tudo seria negociável. Ele também citou diversas razões pela qual o governo do Equador desconfia e duvida das intenções colombianas: Março de 2008, bombardeio colombiano aos campos da FARC em território equatoriano; Excessivo investimento do governo estadunidense na Colômbia via Plano Colômbia e Plano Patriota; Desequilíbrio da dimensão militar colombiana comparado com outros países da região.

Apesar de constatararmos um ceticismo equatoriano quanto a efetividade do combate contrainsurgente e contra o narcotráfico pela Colômbia, verifica-se que existia uma preocupação real do pequeno país andino aos desdobramentos da cooperação militar entre Washington e Bogotá, especialmente no que tange ao desequilíbrio do poder militar da Colômbia frente aos demais países da região. No contexto analisado, verificam-se que as feridas políticas do ataque colombiano acentuavam a percepção da reinserção securitária colombiana na região com o “excessivo investimento” norte-americano, corroborando com os resultados demonstrados neste trabalho que apontam o recrudescimento do desequilíbrio do poder militar da Colômbia aos países vizinhos mais próximos.

Nesse período também se observa que há um aumento do orçamento de Defesa de todos os quatro países sul-americanos, chamando a atenção para a variação progressiva no ritmo de investimentos equatorianos e venezuelanos no triênio 2007-2009. Isto é, em 2006, o Equador destinava somente nove milhões e quinhentos mil dólares para o seu setor de Defesa; já no período de 2009 – após a Revolução Cidadã liderada por Rafael Correa, o pequeno país andino passava a alocar mais de dezenove milhões de dólares para a reestruturação de suas FFAA. (SIPRI, 2006-2009)<sup>38</sup>. Na Venezuela, sobre as “fumaças” dos ataques retóricos entre Chávez e Uribe, também se observou um vetor ascendente nos seus gastos militares com o incremento da cooperação militar do país bolivariano com a Rússia. Em março de 2008, Chávez alertara a Colômbia de que se houvesse uma incursão sobre o território venezuelano no combate às FARC, a resposta venezuelana seria por meio de tanques e aeronaves produzidas pela Rússia (WIKILEAKS, 2009) e um confronto entre os dois países. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009). O Brasil, diferentemente do Equador e a Venezuela, reagiu de maneira mais moderada ao inclinar-se para uma colaboração informal com a Colômbia, objetivando a utilização compartilhada de um sistema de monitoramento às movimentações “terroristas” e narcoprodutoras. Também, é conhecida a expressão do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, de que se as FARC cruzassem as fronteiras do Brasil, seriam recebidos a bala. (RAMÍREZ, 2009)<sup>39</sup>. Porém, ao verificarmos o conjunto superior de gastos militares do Brasil com os três países entre 2006 e 2009, percebe-se, igualmente, um considerável

---

<sup>38</sup> Segundo o discurso proferido por Rafael Correa na Cerimônia de Entrega de 709 novas unidades de transporte terrestre, pontes, equipamentos e ferramentas ao Exército equatoriano, em Guayaquil no dia 7 de abril de 2015. (CORREA, 2015).

<sup>39</sup> Apesar de ter havido um movimento posterior de colaboração brasileira às prerrogativas colombianas de combate ao narcoterrorismo, inicialmente o Brasil rechaçara o ataque colombiano e descartava as soluções defendidas por Uribe. Posteriormente, houve a aproximação do Pres. Lula com o Pres. Uribe na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da UNASUL. (RAMÍREZ, 2009).

crescimento do investimento brasileiro em uma variação de 164 milhões para mais de 256 milhões de dólares em 2009. (SIPRI, 2006-2009)<sup>40</sup>.

Desse modo, era visível que ventos de guerra haviam chegada à América do Sul. Coube ao país mais poderoso e menos inclinado à perpetuação da instabilidade regional, o Brasil, desempenhar um papel de liderança nesse cenário, buscando uma concertação multilateral com todos os países, a fim de minimizar as chances de uma guerra na região com a penetração das forças norte-americanas na sua vizinhança, sobre as bandeiras da Guerra ao Terror. (RAMÍREZ, 2009; BATTAGLINO, 2012).

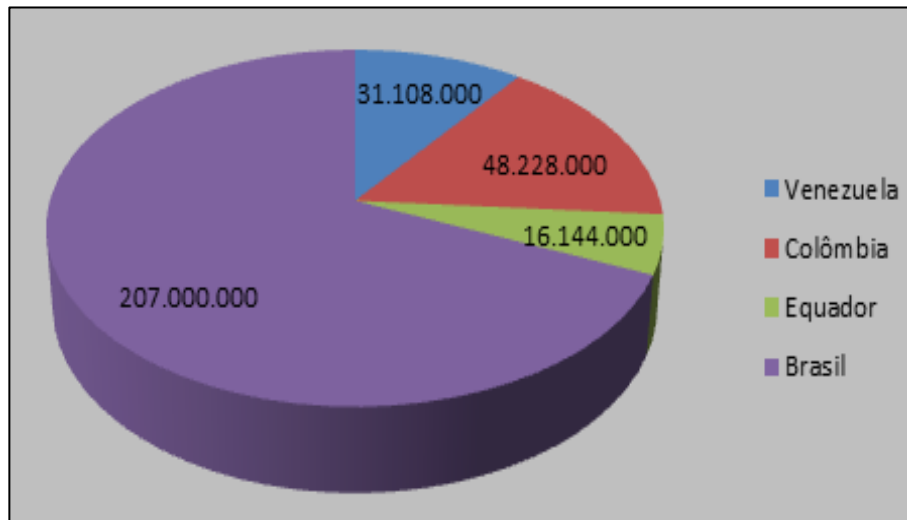
A Colômbia de 2008 era muito diferente daquela dos anos 1990. Apesar de o Estado colombiano ainda carecer de um controle efetivo sobre a totalidade de seu território e até então não ter vencido, por meio das armas, o seu maior antagonismo interno, representado pelas FARC, o país andino, conduzido por Uribe, conseguiu lograr significativas vitórias sobre essa força opositora, historicamente mantida à margem do sistema político. (CARREÑO, 2013). As próprias tratativas de pacificação no Governo Santos (2010-2014), são reflexos frutíferos do crescimento do poder militar colombiano a nível doméstico ao conduzir as FARC para a mesa de negociações. As consequências exógenas desse processo com a cooperação dos EUA é a mutação de um Estado debilitado dos anos 1990 para um Estado, que, nos anos 2000, já conseguia propagar o seu poder militar externamente. Ao ampliar o escopo do combate contrainsurgente interno da Colômbia para visualizar o impacto regional do fortalecimento securitário colombiano no pós-2007, verifica-se com maior nitidez o crescimento do poder militar colombiano em relação a todos os países comparados e a implementação de uma política externa mais contundente.

### 3.7 A CONSOLIDAÇÃO DO REPOSICIONAMENTO DO PODER COLOMBIANO NA HIERARQUIA REGIONAL E AS REAÇÕES DOS PAÍSES VIZINHOS

A partir de agora, este trabalho irá analisar o segundo e último resultado da distribuição de forças regionais ao se debruçar sobre o recorte temporal recente abarcando o período de 2009 até, aproximadamente, o ano de 2015. É possível, desde já, nos indagarmos se esse processo se aprofundou ou se surgiu alguma espécie de reação a ele por parte da Venezuela, Equador e Brasil nesse panorama de distribuição assimétrica dos recursos de poder (poder latente) e do poder militar.

---

<sup>40</sup> No período em análise, os gastos colombianos variaram entre 53 milhões de dólares e mais de 90 milhões em 2009 (SIPRI, 2006-2009).

**Gráfico 13: Populações de cada país em 2015 (milhões)**

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do World Bank (2015)

**Tabela 3: PIB dos países entre 2009 e 2015 (em bilhões de dólares)**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Venezuela	329.419	393.801	316.482	381.286	371.337	-----	-----
Colômbia	233.822	287.018	335.415	369.66	380.192	378.416	292.08
Equador	62.52	69.55	79.277	87.925	95.13	102.292	100.197
Brasil	1.667	2.209	2.616	2.465	2.473	2.456	1.804

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do World Bank (2009-2015)

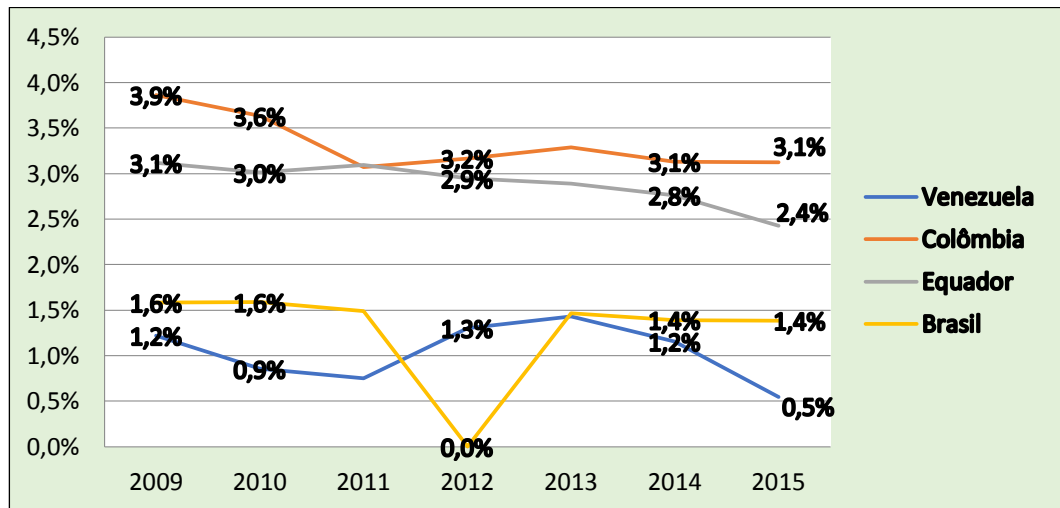
**Tabela 4: Orçamento em Defesa dos países sul-americanos entre 2009 e 2015 (em milhões de dólares)**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Venezuela	402.0	336.2	238.4	496.5	531.3	557.6	526.4
Colômbia	903.2	1.0422.0	1.0306.5	1.1706.2	1.2503.8	1.1845.9	912.7
Equador	194.9	209.4	245.3	258.9	273.5	278.6	244.9
Brasil	2.5648.8	3.4002.9	3.6936.2	3.3987.0	3.2874.7	3.2659.6	2.4617.7

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Stockholm International Peace Reserch Institute (SIPRI) de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

As tabelas e gráficos demonstram as variações do poder latente de cada um dos quatro países nos últimos anos, isto é, as distintas capacidades de recursos que podem ou são, de fato, alocados para o poder militar de cada Estado sul-americano. Por meio desses dados, podemos perceber não somente a continuidade do caráter assimétrico como a reprodução dessa característica, especialmente ao visualizarmos o crescimento dos recursos de poder do Brasil.

Gráfico 14: Porcentagem do PIB de cada país destinado à Defesa entre 2009 e 2015



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Ao compararmos os três menores Estados sul-americanos, percebe-se que não se alterou profundamente a distribuição do poder latente entre Quito, Bogotá e Caracas. Isto é, desde os anos 1990, a Colômbia segue sendo o país com uma economia mais dinâmica<sup>41</sup> e uma população superior à de seus países vizinhos. Se este trabalho possuísse condições de comparar outros indicadores como produção energética entre os Estados, *vide* o petróleo, indubitavelmente a Venezuela seria a nação mais favorecida. Entretanto, pelas limitações deste trabalho, optou-se por analisar uma variável relacionada ao conjunto de riquezas anuais provindas da economia de cada país, isto é, o PIB.

Na Tabela 3, é possível distinguir a superioridade do PIB venezuelano entre 2009 e 2013 frente à Colômbia e o Equador; porém, não é possível saber se essa desproporção favorável à Caracas se mantém em 2014 e 2015 pela indisponibilidade dos dados econômicos da nação bolivariana. De qualquer forma, desde já, podemos distinguir uma mudança no quadro de distribuição dos recursos de cada país, especialmente quando comparamos com os contextos anteriores. Isto é, a Venezuela impulsionada pelo *boom* das *commodities*, ultrapassou o PIB colombiano desde o início dos anos 2010; porém, não reverteu, proporcionalmente, essa riqueza em seu poder militar ao não ultrapassar o orçamento de Defesa colombiano e a própria porcentagem do PIB destinado à Defesa, conforme demonstram a Tabela 4 e o Gráfico 14. Contudo, não se deve desprezar a tendência crescente de investimentos dos recursos venezuelanos para o seu poder militar.

<sup>41</sup> O caráter dinâmico associa-se aos variados setores produtivos que permeiam a economia colombiana, não se baseando quase que unicamente em uma fonte de renda, como o setor energético e a exportação de *commodities*. (WORLD BANK, 2016). Ressalva-se que esse dinamismo econômico não está intrinsecamente relacionado a uma riqueza superiora ao dos demais vizinhos.



Ao analisarmos esse segundo resultado de distribuição de forças regionais, é possível perceber que não houve um movimento venezuelano de contenção ao reposicionamento do poder colombiano na região, mesmo após a instabilidade gerada pelo ataque colombiano ao território equatoriano, em 2008. É possível, com isso, pressupor que a Venezuela de Chávez não desejou entrar em uma corrida armamentista ao objetivar um processo de fortalecimento securitário semelhante à Colômbia, mesmo que tivesse condições e a até o apoio militar russo para diminuir o desequilíbrio de poder militar regional. Isto é, por fatores políticos e possíveis formulações estratégicas que fogem ao escopo deste trabalho, percebeu-se que a Venezuela, presidida por Hugo Chávez (2000-2013), inicialmente não reagiu a esse processo.

O Brasil, colosso frente aos vizinhos, foi o país que mais ampliara o seu poder latente nos últimos anos, decorrente de seu exponencial crescimento econômico (ultrapassando, inclusive, países europeus como o Reino Unido)<sup>42</sup>. Ao analisarmos os recursos de poder brasileiro, em relação aos três países vizinhos banhados pelo Pacífico, o caráter proeminente de Brasília é indubitavelmente preservado na estrutura regional da América do Sul. Apesar de o Brasil ter um investimento proporcional de seu PIB três vezes inferior ao colombiano, o gigante sul-americano ampliou o seu orçamento destinado para a Defesa entre 2009 e 2014, conforme visualiza-se na Tabela 4 e no Gráfico 14. Isto é, diferentemente da Venezuela, verifica-se com maior clareza um crescimento do poder latente brasileiro, não somente como resposta a reinserção securitária da Colômbia na hierarquia de poder militar regional, como também, devido a outras prioridades estratégicas brasileiras no seu entorno regional e em outros espaços como o Atlântico Sul e a costa ocidental africana. (BRASIL, 2012, p. 34-46).

O Brasil, até o final do primeiro governo de Dilma Rousseff em 2014, não somente desenvolveu-se no plano doméstico, como reafirmou-se como uma das principais potências regionais do mundo (sendo também um dos membros do BRICS), pela ampliação de sua influência política na América do Sul – aprofundando a integração regional, como também, por sua crescente presença em diversos países de todos os continentes. (SILVA, 2013). Dessa forma, este trabalho não defende que o crescimento dos recursos brasileiros destinados à Defesa constituiu-se uma reação exclusiva à reinserção securitária da Colômbia na América do Sul no pós-2007, e, sim, ao conjunto de prerrogativas políticas e interesses estratégicos de uma potência regional.

Ao analisarmos o Equador, percebe-se que o menor país da região continuou muito aquém de todos os vizinhos ao não possuir as mesmas condições de ampliação dos seus recursos de poder. Porém, verifica-se no último gráfico que o pequeno país foi à única nação

---

<sup>42</sup> Globo (2011).

vizinha da Colômbia que preservou o destino de uma alta porcentagem de seu PIB para o seu setor de Defesa ao longo dos vinte anos (desde 1995) – posicionando-se somente atrás dos investimentos colombianos. Após o ataque de 2008, os temores da atuação das FFAA estadunidenses nas bases militares colombianas e a própria percepção do crescente desequilíbrio do poder militar da Colômbia na regional – impulsionado pelo excessivo investimento estadunidense no Plano Colômbia, é possível constatar um crescente investimento equatoriano em suas FFAA, superando inclusive a alocação de 3% de seu PIB entre 2009 e 2012 para, a partir desse período, diminuir, gradativamente, até 2,4% em 2015. (SIPRI, 2009-2015). Se realizarmos uma comparação dos gastos recentes de Quito com o período de 1995, conforme representado pelo Gráfico 6, podemos perceber que o Equador continuou sendo o único dos países da região (entre a Venezuela e o Brasil) que mais preocupou-se com a sua segurança nacional, tanto pelo risco anterior de *spill over* do conflito interno colombiano, no início dos anos 2000, quanto pelos desdobramentos concretos posteriores. Entre 2007 e 2015, durante os governos de Rafael Correa, também percebemos a reação equatoriana ao sextuplicar o conjunto de investimento nas suas FFAA, com um montante aproximado de um bilhão e setecentos e dezoito milhões de dólares. (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR)<sup>43</sup>.

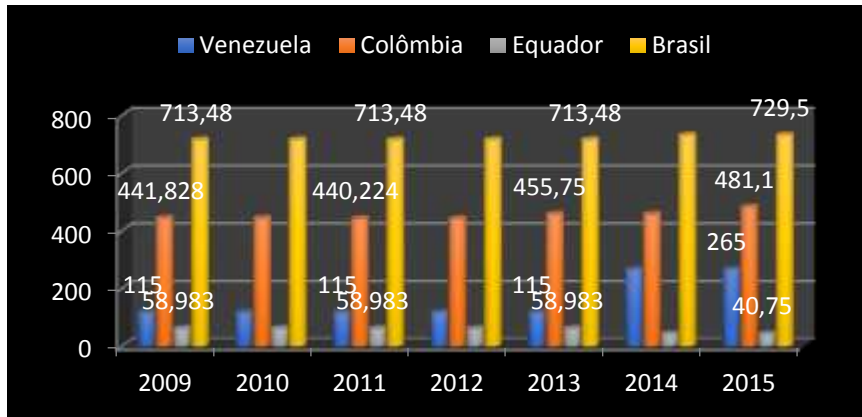
O Equador, dessa forma, demonstrou não somente ser o país da região mais sensível a todos os impactos do conflito interno colombiano contemporaneamente, como o país que diretamente mais reagiu ao processo de reinserção securitária da Colômbia por meio da cooperação militar com os EUA. Entretanto, percebe-se que esse movimento de reação equatoriana ao processo recente de reposicionamento do poder militar colombiano foi extremamente limitado pelo forte caráter assimétrico das condições de poder do pequeno país frente ao vizinho do Norte. A manutenção de elevado gasto em defesa por parte do Equador se deve, igualmente, às tensões e aos conflitos com o Peru.

### 3.8 IMPACTOS MAIS RECENTES DA REINSERÇÃO COLOMBIANA NA HIERARQUIA DE PODER REGIONAL

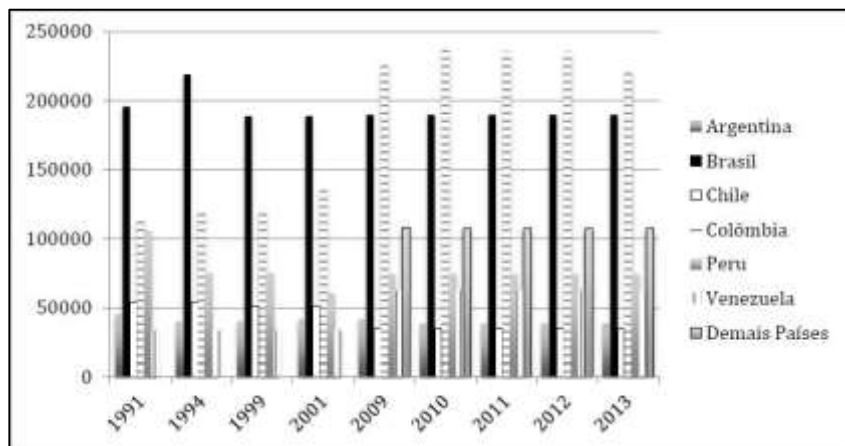
Ao fim e ao cabo, este estudo analisará alguns dos reflexos regionais do processo de reinserção securitária da Colômbia na América do Sul no período mais recente, isto é, aproximadamente até o ano de 2015. Os três gráficos abaixo nos permitem fazer um balanço dessas transformações na estrutura de poder entre os quatro países.

---

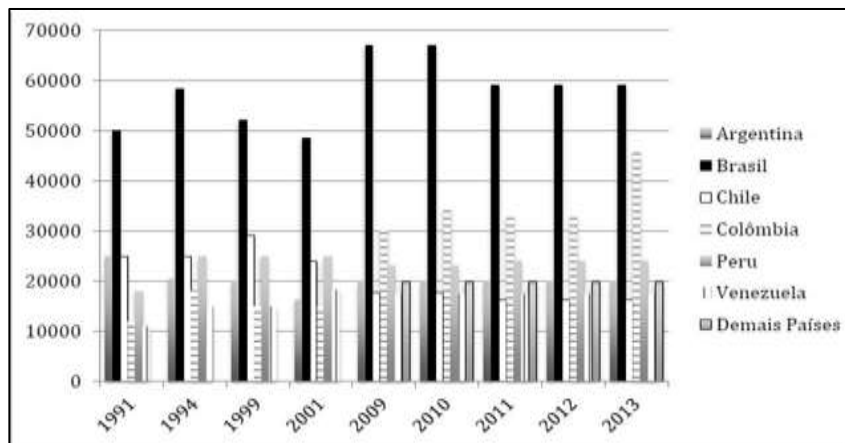
<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ec/>> (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2018).

**Gráfico 15: Total de efetivos nas Forças Armadas entre 2009 e 2015**

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

**Gráfico 16: Total de efetivos nos Exércitos nos países da América do Sul – 1991-2013**

Fonte: elaborado por Rezende (2013) com dados extraídos do IISS (1991, 1994, 1999, 2001, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).

**Gráfico 17: Total de efetivos das Marinhas dos países da América do Sul – 1991-2013**

Fonte: elaborado por Rezende (2013) com dados extraídos do IISS (1991, 1994, 1999, 2001, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013).

Os Gráficos 15, 16 e 17 trazem alguns dos indicadores mais recentes do poder militar dos diferentes países sul-americanos, pois demonstram a posição distinta ocupada por cada

ator na hierarquia de poder regional. Pelas limitações na coleta de dados deste trabalho e pela importante contribuição da tese de doutoramento de Lucas Rezende (2013), optou-se pela operacionalização dos dados empíricos presentes no trabalho deste autor, não somente por diminuir a escassez de informações existentes sobre a recente dimensão das FFAA dos países sul-americanos, como também, pela potencialidade analítica oferecida por este trabalho.

Assim, observa-se que os Gráficos 16 e 17 foram desenvolvidos por Rezende (2013) ao objetivar a comparação do poder militar da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e demais países sul-americanos até 2013. Isto é, dois anos antes do final do recorte temporal deste trabalho. Também, se percebe a inexistência de dados específicos do Equador; porém, este trabalho irá considerar a dimensão do Exército, Marinha e Aeronáutica equatorianos no indicador dos “demais países”, considerando uma paridade do poder militar desse país com a Bolívia, Paraguai e o Uruguai.

O primeiro aspecto que chama a atenção são os indicadores do Gráfico 15, especialmente quando se contrasta com o Gráfico 12 e o Gráfico 7, pois torna-se visível a cristalização do processo de expansão do efetivo total das FFAA colombianas ao longo dos últimos vinte anos. Nesse ponto específico, chama a atenção o fato de a reinserção securitária da Colômbia ter contado com uma multiplicação superior a duas vezes o total de seu pessoal empregado nas suas FFAA. Isto é, em 1995, o total de efetivos de Bogotá baseava-se, aproximadamente, em 233 mil soldados. Vinte anos depois, esse número pulou para 481 mil soldados. As variáveis que viabilizavam esse crescimento, desde os anos 1990, já foram identificadas. Nesse mesmo gráfico, observa-se que, entre 2009 e 2013, há um descolamento mais expressivo entre a total dimensão do poder militar colombiano para com o Equador e a Venezuela, ao inclusive se aproximar com a paridade do poder brasileiro; porém, também é possível perceber, a partir daí, o início de uma reação venezuelana ao impulsionar o crescimento de suas FFAA nos últimos dois anos, corroborando, dessa forma, para a primeira reação concreta aos efeitos de desproporção do crescimento do poder militar colombiano na região.

O caso venezuelano é interessante, pois demonstra a inexistência de uma correlação direta entre a quantidade de poder latente disponível e o poder militar do país bolivariano. Isto é, conforme observado, após a consolidação da reinserção securitária da Colômbia no período pós-2007, em um mesmo contexto de superioridade da receita nacional venezuelana sobre o ciclo das *commodities*, a Venezuela de Chávez não iniciou um processo de expansão de suas FFAA, para, desde já, começar a mitigar os efeitos do desequilíbrio do poder militar colombiano na região. Somente em um contexto subsequente, marcado por crescentes

dificuldades econômicas e pela chegada de Nicolas Maduro à presidência (2013), é que o país bolivariano inicia a concentração de seus esforços para ampliar o seu poder militar, multiplicando o anterior número de efetivos de 115 mil para então, 265 mil soldados. Apesar de o Equador ter sido o primeiro país a reagir à reinserção securitária da Colômbia na região a despeito de suas limitações, recentemente, o país seguiu uma trajetória de declínio do seu poder militar, ao permanecer aquém do crescimento das FFAA dos países vizinhos.

O Gráfico 16 demonstra o principal impacto da reinserção securitária da Colômbia na América do Sul em um recorte temporal de 12 anos e, com isso, reforça os primeiros resultados da análise comparativa elaborada anteriormente no ano de 2008, assim como a própria verificação desse processo pelo politólogo Luiz A. M. Bandeira (2008). Dessa forma, conclui-se que, no contexto mais recente, a Colômbia consolidou uma importante força do seu poder militar na região pela superioridade do seu Exército frente a todos os países vizinhos, seguindo uma tendência de crescimento verificada desde o final de 2007.

O segundo impacto da reinserção securitária do país andino na região sul-americana é o processo em curso de crescimento da dimensão de outro braço das FFAA colombianas: a Marinha. Isto é, visualiza-se no Gráfico 17 elaborado por Rezende (2013), a crescente expansão do poder naval colombiano desde 2008, quando já identificávamos os primeiros resultados da reinserção securitária da Colômbia na região. Nesse caso, é interessante verificar que, desde 2009, o efetivo total de marinheiros colombianos não somente ultrapassou o Equador e a Venezuela, como o próprio Chile, Argentina, Peru, e, em 2013, se aproximou da Marinha brasileira. Assim, conclui-se que a reinserção colombiana na hierarquia de poder regional não ocorre unicamente pela superioridade dos efetivos do Exército do país, como também, têm sido reforçadas pelo crescimento do poder naval colombiano na região.

Em termos concretos, este trabalho identificou anteriormente o primeiro resultado da distribuição de forças regionais no ano de 2008, na qual a Colômbia possuía mais de 27.000 recrutas na sua força naval<sup>44</sup>; porém, ao compararmos com o segundo resultado disponível, no ano de 2013, percebemos uma expansão em aproximadamente 46.000 homens e mulheres empregados na Marinha do país, representando um surpreendente crescimento de 170% nos últimos anos. Não é nenhum exagero pensarmos que o gigante brasileiro deve se preocupar em ser ultrapassado pela Marinha colombiana em um futuro não muito distante. Isto é, se pressupõe que, se a Colômbia seguir essa tendência de crescimento com uma proporção superior a 100% de seu pessoal, Bogotá terá por volta de 75 mil marinheiros até 2020, representando o maior poder naval sul-americano em termos de recrutas.

---

<sup>44</sup> Rever o Gráfico 11.

Neste caso, também é possível estabelecermos uma comparação do processo de crescimento de efetivos do Exército colombiano com o processo mais recente do aumento do pessoal empregado na Marinha colombiana, especialmente se contrastarmos dois contextos específicos. Isto é, verificamos a mesma tendência de crescimento contínuo do total de efetivos colombianos na Marinha já no ano de 2013, – tendo alargado a diferença com o poder naval dos demais países sul-americanos (com exceção do Brasil) no ano de 2009 – com a anterior tendência de expansão dos soldados colombianos no ano de 2009<sup>45</sup>. Dessa forma, ao compararmos 2013 com 2009, é possível identificar mais uma variável contínua<sup>46</sup> nos últimos anos que aponta para o fortalecimento do reposicionamento do poder militar colombiano na região pela existência de fortes possibilidades de Bogotá, nesses e nos próximos anos, possuir o maior e mais revitalizado poder naval da região<sup>47</sup>.

Entretanto, se compararmos a distribuição do poder militar da região pela Força Aérea dos quatro países, invariavelmente se verificará uma superioridade absoluta do poder aéreo brasileiro, mesmo após todo o conjunto de investimentos estadunidenses direcionados para esse setor ao aliado sul-americano. (REZENDE, 2013).

Após a análise dos mais variados recursos de poder da Colômbia, atrelado ao processo de crescimento contínuo do seu poder militar na região sobre a cooperação com a maior potência do sistema internacional, este trabalho identificou fortes vetores que reforçaram o movimento de reinserção securitária da Colômbia – ao não somente ultrapassar acentuadamente o Equador e a Venezuela (na maioria dos cenários), como se equiparar ao poder militar do Brasil. Os resultados concretos identificados dessa reinserção para a balançam de poder da região foram a consolidação do Exército colombiano como a maior força militar da região, em termos de efetivos, assim como um processo em curso de expansão dos marinheiros/fuzileiros navais da Marinha colombiana.

---

<sup>45</sup> Conforme demonstrado no Gráfico 9.

<sup>46</sup> Assim como outros indicadores apresentados anteriormente acerca do poder latente colombiano, como o orçamento de Defesa do país e a proporção do PIB colombiano investido nas FFAA.

<sup>47</sup> Nesse ponto, contudo, existe a necessidade de distinguirmos as embarcações de águas azuis e as embarcações de águas marrons das FFAA dos países sul-americanos. As primeiras possuem uma maior capacidade de fogo ao incluir navios de guerra, cruzadores, destróieres, fragatas e corvetas, já as embarcações de águas marrons possuem um poder de fogo menor e são mais voltadas para o patrulhamento e o combate costeiro. Ao compararmos o Brasil e a Colômbia nos anos recentes, verifica-se que o Brasil ainda detém uma superior quantidade de embarcações de águas azuis em contraposição a superioridade de embarcações colombianas de águas marrons. (REZENDE, 2013). Apesar de a quantidade de marinheiros/fuzileiros navais ser uma importante variável de mensuração do poder naval dos países sul-americanos, existem outros fatores que também devem ser considerados. Dessa forma, a dimensão do poder marítimo colombiano deve ser relativizado com outras variáveis de poder, especialmente frente à posição brasileira, sem pretender incorrer nesse trabalho uma análise maximalista e exagerada.

Desse modo, pode-se identificar que esse processo de reinserção tem se intensificado nos últimos anos, apesar do relativo declínio do poder latente de Bogotá (orçamento de Defesa e proporção do PIB investido na Defesa) e dos recursos oriundos da cooperação militar com Washington. Também se verificou que o crescimento do poder militar colombiano não fora contido por nenhum dos três países vizinhos, a despeito da limitada reação equatoriana no pós-2008. A reação venezuelana, em contrapartida, foi sentida somente mais tardiamente, representando o primeiro movimento efetivo de mitigação do crescente *gap* do poder militar colombiano frente aos vizinhos. Já o Brasil demonstrou ser o único país que menos reagiu diretamente ao crescimento do poder militar da Colômbia, apesar do seu extraordinário poder latente frente aos países vizinhos. Este trabalho constatou uma estabilização e um reduzido crescimento das FFAA brasileiras nos últimos anos, o que invariavelmente, viabilizou o movimento de reinserção securitária regional da Colômbia.

Os impactos do fortalecimento securitário da Colômbia na América do Sul, dessa forma, operaram sobre o vetor interno de canalização do poder latente colombiano para o seu setor de Defesa, paralelo ao vetor externo, assentado na cooperação dependente e associada entre Bogotá e Washington na qual objetivou a maximização relativa do poder militar colombiano no subcontinente por uma estratégia utilitarista com o colosso do Norte.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho demonstrou que as relações colombo-estadunidenses remontam a um amplo processo histórico, permeado por prerrogativas socioeconômicas, políticas, sistêmicas e estratégicas que colaboraram, ao longo do tempo, para o alinhamento entre os atores. No caso colombiano verificou-se um caráter de fragilidade histórica do seu aparato estatal ao longo dos séculos, com os variados contextos que conduziram a uma aproximação com os EUA, de uma dependência relutante até uma subordinação consciente às prerrogativas contemporâneas de Washington. As características eminentemente assimétricas dessas relações foram delineadas nos períodos em análise, paralelamente à formação de um modelo de desenvolvimento dependente e associado do país sul-americano com a grande potência do Norte.

Este artigo analisou o processo recente de crescimento e modernização do aparato securitário colombiano à luz da cooperação militar com os EUA, após a implementação do Plano Colômbia em 2000. Por meio de vultuosos recursos destinados pelos EUA, que se traduziu em uma ampla rede de suporte operacional, venda de armamentos, equipamentos, unidades móveis, aprimoramento logístico, treinamento da Polícia e da FFAA, a Colômbia

logrou um crescimento do seu poder militar nos últimos quinze anos, calcado no revigoramento de suas capacidades militares em uma estratégia utilitarista com a maior potência do sistema internacional.

O crescimento do poder militar da Colômbia, conseqüentemente, transcendeu o raio interno de combate aos “narcoterroristas” ao incidir na hierarquia de poder militar com alguns países vizinhos. Dessa forma, por meio da execução de uma comparação dos recursos de poder e do próprio poder militar da Colômbia com o Equador, Venezuela e Brasil, este artigo verificou um processo de reinserção securitária da Colômbia no panorama sul-americano por meio da cooperação militar com os EUA desde 2000. Conforme demonstrado, esse processo constituiu-se em um movimento contínuo de reposicionamento das capacidades militares da Colômbia na hierarquia de poder regional, salientando-se a expansão de suas FFAA, o Exército e a Marinha do país andino.

Este estudo não identificou nenhuma reação político-militar do Equador, Venezuela e Brasil, que, efetivamente, comprometesse o movimento de reinserção securitária da Colômbia no território sul-americano; pelo contrário, percebeu-se que, apesar desse processo não ter sido estimulado por nenhum dos países vizinhos, houve condições propícias para a expansão do poder militar colombiano frente aos demais. A falta de uma reação proporcional por parte do Brasil e da Venezuela, no pós-2007, que mitigasse expressivamente o aumento do *gap* colombiano, constituiu-se a principal condição. O Conselho de Defesa da UNASUL, a partir de 2009, representou uma resposta institucional coordenada dos mais variados países sul-americanos para esse movimento (incluindo outras agendas); porém, não se constituiu uma reação análoga ao fenômeno analisado neste trabalho. Isto é, não ocorreu uma corrida armamentista ou uma diminuição desse *gap* por um ou mais dos três países vizinhos da Colômbia. Dessa forma, apesar da reinserção securitária da Colômbia ter sido sentida no panorama sul-americano nos mais variados aspectos, nenhuma contenção da mesma natureza foi empregada para conter esse movimento que tem se reforçado ao longo dos anos.

Assim, demais variáveis e prerrogativas político-estratégicas devem ser consideradas nos estudos subsequentes desse instigante tema que ainda permanece aberto. Este artigo procurou trazer algumas contribuições acerca da cooperação militar entre Washington e Bogotá atrelado aos impactos regionais da reinserção securitária colombiana na América do Sul<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> No dia 31 de maio de 2018, isto é, um dia após a defesa desse trabalho, a Colômbia tornou-se o primeiro país latino-americano a ingressar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como sócio global. Objetivos securitários conduziram esse ingresso da Colômbia na organização ao longo dos últimos anos. (SPUTNIKNEWS, 2018).



## REFERÊNCIAS

- ARTURI, Carlos; CARREÑO, Alexander. A cooperação Bogotá-Washington em tempos de Plano Colômbia: um caso de intervenção - por convite? In.: MILANI, Carlos R. S.; TRUDE, João M. (Orgs.). **Globalização e Relações Internacionais: casos de ensino**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- AVILÉS, William. US Intervention in Colombia: the role of transnational relations. **Bulletin of Latin American Research**, v. 27, n. 3, p. 410-429, 2008.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, n. 50, p. 7-35, jul./dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BATTAGLINO, Jorge. Defence in a Post-Hegemonic Regional Agenda: the case of the South American Defence Council. In: RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. (Eds.). *The Rise of Post-hegemonic Regionalism*. **Springer Science+Business Media B.V.**, p. 81-100, 2012.
- BEJARANO, Ana **Democracias precarias, trayectorias políticas divergentes en Colombia y Venezuela**. Bogotá: Uniandes, 2011.
- BERMÚDEZ, César Augusto Torres. La doctrina respice polum ("Mirar hacia el norte") en la práctica de las relaciones internacionales de Colombia durante el siglo XX. **Memorias**, Barranquilla, ano 7, n. 12, jul. 2010.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/med07/Ibdn.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2017.
- BUELVAS, Eduardo Pastrana; PIÑEROS, Diego Vera. De Uribe a Santos: ¿continuidad o nueva orientación de la política exterior colombiana? In: Colombia: ¿una potencia em desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior. **Fundación Konrad Adenauer**, p. 57-80, 2012.
- BUREAU OF WESTERN HEMISPHERE AFFAIRS. 2012. Disponível em: <[www.state.gov](http://www.state.gov)>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- CABARCAS, Fábio Sánchez; HERNÁNDEZ, Caralina Monroy. Actores, decisión y construcción de la política exterior colombiana hacia los Estados Unidos en la era Santos. In: Colombia: ¿una potencia em desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior. **Fundación Konrad Adenauer**, p. 323-338, 2012.
- CAMACHO & PEREZ-QUIROZ. **Commodity prices and the business cycle in Latin America: living and dying by commodities?** Working Papers, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CARREÑO, Alexander Arciniegas. **Relações civis-militares na América do Sul: o caso colombiano durante o Plano Colômbia (2000-2010)**. Tese de doutorado (Pós-graduação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: traços estruturais e dinâmica conjuntural. **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, n. 9, ago. 2005.

CHAVES, Benjamín Herrera. La región andina y las incidencias geopolíticas en la inserción internacional del Estado colombiano. In: Colombia: ¿uma potencia em desarrollo? Escenarios y desafíos para su política exterior. **Fundación Konrad Adenauer**, p. 565-576, 2012.

CORREA, Rafael. **Discurso proferido pelo Presidente na cerimônia de entrega de 709 novas unidades de transporte terrestre, pontes, equipamentos e ferramentas ao Exército equatoriano, em Guayaquil no dia 7 de abril de 2015**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/05/ENTREGA-709UNIDADES.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CRANDALL, Russel. **Driven by drugs: US Policy toward Colombia**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2002.

DIAS, Michele Gallera. **Assistência antidrogas dos Estados Unidos à Colômbia: trajetória e influência política atual**. 2016. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

DULLIUS, Gustavo. **Gastos militares na América do Sul: Venezuela e Chile (2002-2008)**. Monografia apresentada para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Report to Congress: U.S. Assistance Programs in Colombia and Plans to Transfer Responsibilities to Colombia**. Mar. 2006. Disponível em: <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/Pcaab515.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pcaab515.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jobim afirma que FARC serão recebidas a tiros no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/03/533212-jobim-afirma-que-farc-serao-recebidas-a-tiros-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GAO (Government Accountability Office). **Drug reduction goals were not fully met, but security has improved; U.S. Agencies need more highlights of GAO-09-71, a report to the detailed plans for reducing assistance**. 2008. Disponível em: <<http://www.gao.gov/assets/290/282511.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

GLOBO. **PIB do Brasil ultrapassa o Reino Unido**. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pib-do-brasil-ultrapassa-do-reino-unido-pais-se-torna-6-economia-do-mundo-3513784>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE PAÍSES. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/paisesat/main\\_frameset.php](http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php)>. Acesso em: 07 jun. 2015.

IISS THE MILITARY BALANCE. 2008. Disponível em: <[www.iiss.org](http://www.iiss.org)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MEARSHEIMER, John. J. **The tragedy of great power politics**. New York: W.W.W Norton & Company, 2014.

MELÉNDEZ, Juan David Camargo. Colombia y su participación en la Guerra de Corea: una relexión tras 64 años de iniciado el conflicto. **History Memory**, n. 10, p. 199-239, 2015.

Military Expenditure (SIPRI, 2014), Oil production (EIA, 2014), GDP (World Bank, 2014), Global Competitiveness Index (World Economic Forum, 2014).

MILNER, Helen. Review article. International theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses. **World Politics**, v. 44, n. 3, p. 466-496, abr. 1992.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As relações internacionais da América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PALEY, Down. Drug war as neoliberal trojan horse. **Latin American Perspectives**, issue 204, v. 42, n. 5, p. 109-132, set. 2015.

PARDO, Rodrigo; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Teoría y práctica de las relaciones internacionales: el caso de Colombia. **Revista Lua Nova**, v. 20, 1988.

PAVONY, Germán Mejía; LAROSA, Michael J. **Historia concisa de Colombia (1810-2013)**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

PINIMG. **Good neighbor policy Latin America**. [S.d.]. Disponível em: <<https://i.pinimg.com/736x/60/b2/49/60b2498879f1f674f6412f9eaf5116d5--good-neighbor-policy-latin-america.jpg>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR. 2018. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ec/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

RESPUESTAS. **Navid mapa Colombia**. 2016. Disponível em: <<https://respuestas.tips/wp-content/uploads/2016/12/navidmapacolombia.jpg>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

REZENDE, L. **Sobe e desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ROJAS, Diana Marcela. El taller del império global: análisis de la intervención de Estados Unidos em Colombia (1998-2008). **Análisis Político**, Bogotá, n. 65, p. 111-126, jan./abr. 2009.

ROSEN, Jonathan D. **The losing war: plan Colombia and Beyond**. State University of New York Press, 2014.

SAFFORD, Frank; PALACIOS, Marco. **Colombia: país fragmentado, sociedade dividida**. Bogotá: Editorial Norma, 2002.

SANTOS, Juan Manuel. **Palabras del Presidente Álvaro Uribe en la sesión plenaria de presidentes del Foro Económico Mundial para América Latina**, 8 de abril de 2010, Cartagena. Disponível em: <<http://www.alvarouribevelez.com.co/es/content/plenaria-de-presidentes-del-foro-economico-mundial-para-america-latina>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Palabras del Presidente Juan Manuel Santos con motivo de la Cátedra Colombia que dictó en la Escuela Superior de Guerra**, 4 de maio de 2011, Bogotá.

Disponível em:

<[http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2011/Mayo/Paginas/20110504\\_09.aspx](http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2011/Mayo/Paginas/20110504_09.aspx)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Cátedra Colombia' dictada por el Presidente Juan Manuel Santos con motivo de la celebración de los 104 años de la Escuela Superior de Guerra 2013**, 9 de maio de 2013, Bogotá. Disponível em: <[http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2013/Mayo/Paginas/20130509\\_03.aspx](http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2013/Mayo/Paginas/20130509_03.aspx)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Remarks by President Obama and President Santos of Colombia at Plan Colombia Reception**. The White House. Office of the Press Secretary For Immediate Release. February 04, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MKi-TCzl6h4>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Rev. Bras. Polít. Int.**, n. 53, p. 67-88, 2010.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. São Paulo: EDUSC, 2000.

SECURITY ASSISTANCE MONITOR. **Trends in INL funding to Colombia**. Nov. 2010. Disponível em: <<http://securityassistance.org/blog/trends-inl-funding-colombia>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

SILVA, André Reis da. Brasil, potência emergente: desafios do desenvolvimento e da inserção internacional. In: VIZENTINI, Paulo et al. **BRICS: as potências emergentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 123-161.

SLIDE PLAYER. **American involvement in Latin America, 1898-1939**. 2010. Disponível em: <<http://slideplayer.com/slide/7658625/25/images/57/19.15+American+Involvement+in+Latin+America,+1898%E2%80%931939.jpg>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SMITH, Peter H. **Talons of the eagle: dynamics of U.S – Latin American relations**. New York: Oxford University, 2000.

SPENCER, David. **Colombia: camino a la recuperación: seguridad y gobernabilidad 1982-2010**. Washington: Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa NDU, 2011.

SPUTNIKNEWS. **Colombia, “socio global” de la OTAN**. Te contamos qué significa (según la OTAN). Disponível em: <https://mundo.sputniknews.com/defensa/201805291079091976-colombia-otan-significado-socio-global/>. 29 mai. 2018. Acesso em: 26 jun. 2018.

STOCKOLM INTERNATIONAL PEACE RESERCH INSTITUTE (SIPRI), **Yearbook: armaments, disarmament and international security**. 2017.

TICKNER, Arlene B. **Tensiones y consecuencias indeseables de la política exterior Estadounidense en Colombia**. Colombia Internacional, 2012.

TICKNER, Arlene B.; MORALES, Mateo. Cooperación dependiente asociada: relaciones estratégicas assimétricas entre Colombia y Estados Unidos. **Colombia Internacional**., p. 284, set./dez. 2015.

TORRES, César Augusto Bermúdez. La doctrina respice polum ("Mirar hacia el norte") en la práctica de las relaciones internacionales de Colombia durante el siglo XX. **Memorias**, Barranquilla, año 7, n. 12, jul. 2010.

UTLR.ME. **Colombia Country Profile National Geographic Kids In Map Of Columbia South America**. 2018. Disponível em: <<http://utlr.me/map-of-columbia-south-america.html/colombia-country-profile-national-geographic-kids-in-map-of-columbia-south-america>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

VEGA, Renan Cantor. **Colombia y Geopolítica Hoy**. v. 12, n. 2, p. 214-547, jul./dez. 2012.

VIANA, Manuela Trindade. **A dimensão internacional do conflito armado colombiano: a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global**. São Paulo: Hucited, 2016.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.

WIKILEAKS. **Ecuador Security Minister Explains “Perceptions” of U.S. - Colombia Military Cooperation**. 2009. Disponível em: <<https://wikileaks.org/plusd/pdf/?df=72681>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

WORLD BANK. Disponível em: <[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)>. Acesso em: 03 maio 2017.